

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

CARLOS ROSSINE PRESSINATTE

**A GUERRA DE DESGASTE E A UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS DE GUERRA
DURANTE O CERCO DE LISBOA DE 1147**

MARINGÁ

2013

CARLOS ROSSINE PRESSINATTE

**A GUERRA DE DESGASTE E A UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS DE GUERRA
DURANTE O CERCO DE LISBOA DE 1147**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá – UEM, para a obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, movimentos populacionais e sociais. Linha de pesquisa: Instituições e história das idéias.

Orientador: Prof. Dr. Jose Carlos Gimenez

MARINGÁ – PR

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

P935g Pressinatte, Carlos Rossine
A guerra de desgaste e a utilização de máquinas de guerra durante o cerco de Lisboa de 1147 / Carlos Rossine Pressinatte. -- Maringá, 2013.
61 f. : il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. Jose Carlos Gimenes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

1. Guerra de desgaste - Lisboa (Portugal), 1142 - 1147. 2. Cruzadas - História medieval - Portugal. 3. Máquinas de guerra - Lisboa (Portugal). 4. Afonso Henriques, Rei de Portugal, 1109? - 1185. I. Gimenes, José Carlos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em História III. Título.

CDD 21.ed. 946.902
ECSL-00964

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

CARLOS ROSSINE PRESSINATTE

**A GUERRA DE DESGASTE E A UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS DE GUERRA
DURANTE O CERCO DE LISBOA DE 1147**

Aprovado em 26/02/2013

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jose Carlos Gimenez - orientador
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Adailson Jose Rui
Universidade Federal de Alfenas

Prof^a. Dr^a. Renata Lopes Biazotto Venturini
Universidade Estadual de Maringá

Suplentes

Prof^a. Dr^a. Marcella Lopes Guimarães
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Sezinando Luiz Menezes
Universidade Estadual de Maringá

À minha família,
por todos esses anos
de muito apoio e amor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta dissertação não é tarefa fácil. À CAPES, pelo apoio concedido através da bolsa de estudos que permitiu minha total dedicação à dissertação.

Ao meu orientador, Jose Carlos Gimenez, se não fosse sua orientação segura, sincera e competente desde os primeiros meses de 2007, quando ingressei na graduação do curso de História da UEM, não conseguiria desenvolver minha pesquisa.

Ao professor Adailson Jose Rui que, apesar do rápido contato estabelecido entre nós, prontamente aceitou participar da minha banca examinadora e com suas reflexões e questionamentos trouxe importantes contribuições para minha dissertação.

À professora Renata Lopes Biazotto Venturini, que acompanhou minha pesquisa desde o início, efetuando o trabalho de leitura e realizando os pareceres sobre o que havia sido produzido até então.

À professora Marcella Lopes Guimarães por aceitar fazer parte da banca examinadora, apesar dos compromissos já firmados e da agenda cheia.

Ao professor Sezinando Luiz Menezes, que desde a graduação acompanhou minha pequena caminhada, sempre prático e direto foi quem me ensinou a maneira correta de realizar a leitura dos textos.

Ao professor Jaime Estevão dos Reis, com seu vasto conhecimento da Península Ibérica medieval que leu atentamente meu trabalho durante a fase de qualificação e trouxe percepções e inovações que não somente enriqueceram o trabalho, mas igualmente minha perspectiva histórica.

Meus colegas de turma, pelos debates e leituras sempre inovadores. Entre eles quero agradecer de forma especial meus amigos Wellington Bernardelli Silva Filho e Carlos Alberto Junior Mendes, que desde a graduação estiveram no mesmo barco, compartilhando das mesmas angústias, sacrifícios e vitórias.

A meus professores, em especial ao Christian Fausto de Moraes, que muito me auxiliou indicando temas para leitura e participou de conversas que sempre me foram produtivas.

À Giselle Moraes, sempre competente em relação às questões do PPH e que nunca me deixou sem respostas.

Agradeço a meus pais, Jair e Margarete, por me ensinarem o caminho do que é certo e justo e me fornecerem total suporte para esta empreitada, cobrando resultados quando necessário e incentivando nos momentos de dificuldade.

À minha amada esposa Lígia, pela paciência em adiar a data do nosso casamento, pelas palavras, gestos e atitudes de carinho e apoio em todos os momentos desta pesquisa, sempre se disponibilizando para realizar a leitura de meus textos e compreendendo minha ausência em determinadas situações.

Gostaria ainda de agradecer todas as pessoas, impossíveis de citar, que estiveram comigo nestes seis anos que compreenderam o período da graduação e do mestrado, seja os que estiveram comigo em Maringá ou Engenheiro Beltrão, por sua amizade e carinho. Sem sombra de dúvidas fizeram o diferencial. Muito obrigado.

A GUERRA DE DESGASTE E A UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS DE GUERRA DURANTE O CERCO DE LISBOA DE 1147

Resumo

Este trabalho analisa as estratégias bélicas utilizadas na Península Ibérica durante o século XII, sobretudo no que diz respeito ao cerco e tomada da cidade de Lisboa pelas tropas cristãs, compostas por portugueses e cruzados estrangeiros que rumaram à cidade sagrada de Jerusalém para participar da Segunda Cruzada, no ano de 1147. O trabalho identifica as inúmeras características apresentadas em relação à guerra de desgaste medieval, principalmente no que diz respeito à construção e utilização de máquinas de guerra, necessárias para superar os aparelhos defensivos de uma cidade murada. Esta pesquisa observou o papel destacado na tomada da cidade por parte de D. Afonso Henriques, futuro monarca português que buscava, além da ampliação de seu território à custa do inimigo muçulmano, o reconhecimento de seus pares – a nobreza ibérica – e da Igreja Católica, como líder da nação.

Palavras-chave: Cerco de Lisboa, Máquinas de Guerra, Guerra de Desgaste, D. Afonso Henriques.

THE WAR OF ATTRICION AND THE USE OF MACHINES OF WAR DURING THE SIEGE OF LISBON AT 1147

Abstract

This paper analyzes the strategies of war used in the Iberian Peninsula during the twelfth century, especially with regard to the siege and capture of the city of Lisbon by christian troops, composed of portuguese and foreign crusaders who headed to the holy city of Jerusalem to attend the Second Crusade in the year 1147. The paper identifies the many features presented in relation to the medieval war of attrition, especially with regard to the construction and use of war machines, necessary to overcome the defensive apparatus of a walled city. This survey noted the leading role in the capture of the city by D. Afonso Henriques, future portuguese monarch who sought, in addition to expanding its territory at the expense of the muslim enemy, the recognition of their peers - Iberian nobility - and the Catholic Church, as leader of the nation.

Keywords: Siege of Lisbon, War Machine, War of Attrition, D. Afonso Henriques.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1. Estratégias e táticas de guerra utilizadas na Península Ibérica durante o século XII.....	17
1.1. A composição dos exércitos envolvidos.....	17
1.2. A guerra de desgaste.....	20
1.3. A guerra de fronteira: fossados, algaras e presúrias.....	21
1.4. A organização militar da região: defesa estática, defesa móvel e agressão.....	24
Capítulo 2. D. Afonso Henriques: um conquistador em busca de um reino.....	29
2.1. <i>De Expugnatione lyxbonensi</i> : fonte para o estudo da poliorcética medieval.....	29
2.2. D. Afonso Henriques e os cruzados estrangeiros na tomada da cidade de Lisboa.....	32
Capítulo 3. Máquinas de Guerra em ação.....	37
3.1. O processo de formalização da guerra de cerco.....	37
3.2. Construção e utilização de máquinas de guerra durante o sítio de Lisboa.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
ANEXOS.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
Fonte.....	58
Bibliografia.....	58

INTRODUÇÃO

A sociedade medieval ocidental era uma sociedade que se encontrava dividida em estamentos, totalmente organizada em prol da guerra e que acabou sendo modelada por estes enfrentamentos armados. No entanto, não podemos generalizar o conceito de guerra empregada no contexto europeu do século XII num sentido tão amplo. Na região da Península Ibérica, durante aquele século, a guerra possuía características próprias, uma vez que nela pode ser percebido também o desejo de independência dos reinos envolvidos e a necessidade de reconhecimento e afirmação de seus soberanos em relação a outros reinos europeus, além, é claro, da fundamental presença do caráter religioso dos indivíduos, notadamente cristãos e muçulmanos que se enfrentaram durante vários séculos no processo de Reconquista da Península Ibérica.

Em Portugal, durante o século XII, D. Afonso Henriques (1109 – 1185) ansiava pelo reconhecimento de seu *status* de monarca em relação a seus pares e à sede da Igreja Católica, em Roma. Para tal, nada mais adequado do que liderar seu reino em inúmeras batalhas contra o inimigo da cristandade para alavancar sua importância perante a nobreza europeia e, sobretudo, a nobreza portuguesa. Aliado a isso, a partir de 1145 ocorreu na Europa uma segunda convocação para as Cruzadas, momento em que, novamente, os ânimos religiosos foram postos à prova, instigando guerreiros a pegar em armas para defender o cristianismo do “infel” muçulmano.

Apesar da importância do caráter religioso e do desejo de independência, os motivos responsáveis por iniciar um conflito bélico eram muitos e frequentemente se sobrepunham. Entre eles podemos destacar o interesse econômico pelo controle das regiões consideradas como fontes de riquezas. O homem medieval, assim como alguns homens contemporâneos, percebeu que poderia aumentar suas posses à custa do trabalho e posses de seus vizinhos, lançando mão de todos os meios disponíveis para alcançá-los. Este desejo de apropriação – ilícita aos olhos de qualquer legislação atual – dos bens alheios não se limitava apenas a dois indivíduos, mas sim entre cidades e reinos, gerando, assim, as guerras.

Durante várias décadas, a guerra medieval, em se tratando de tática e estratégia militar, foi abordada a partir de um retrocesso em relação ao mundo clássico, principalmente no que dizia respeito ao absoluto predomínio da batalha campal como objetivo prioritário e a organização militar das legiões romanas.

Os especialistas e pesquisadores das batalhas clássicas eram predominantemente militares, e os medievalistas que se aprofundaram no assunto focaram-se igualmente apenas

nas batalhas campais. Segundo Francisco García Fitz (1998) e Jan Frans Verbruggen (1997), esta forma de análise resultou na criação de um cenário característico marcado por encontros em campo aberto com grande número de guerreiros, cargas da cavalaria feudal – prontamente adotado pelo cinema, que contribuiu para disseminar esse “modelo de guerra”, onde os cavaleiros lutavam pesadamente armados, galopando contra o inimigo com seus escudos heráldicos e suas longas lanças em riste – e a ausência de uma hierarquia de comando como elementos determinantes durante as batalhas. Isso acabou deformando a imagem geral da verdadeira guerra medieval. Criou-se um paradoxo, pois, atualmente, os especialistas concluíram que raras vezes ocorreram batalhas campais durante a Idade Média, principalmente em se tratando de Península Ibérica.

Assim, de acordo com Charles Oman (1885), durante a etapa pleno medieval – período que compreende os séculos XI ao XIV, quando as pedras foram empregadas de maneira generalizada na construção e ampliação das fortificações, permitindo maior proteção e resistência frente aos ataques inimigos. Esta característica foi responsável por nortear todas as ações bélicas empregadas durante estes séculos e perdurou até o surgimento do canhão – houve uma absoluta superioridade das técnicas defensivas em relação às ações ofensivas que determinaram duas características principais no que dizia respeito ao comportamento bélico dos medievais: a preferência pela defesa e os poucos enfrentamentos campais. Diante deste cenário, a saída para os atacantes era empreender uma sucessão de saques em torno da fortaleza ou bloquear o acesso a ela, isolando-os, formalizando assim um cerco. Desta forma, acabou se tornando senso comum na historiografia militar a existência de ações frequentes de saques, de roubo de gado, de incêndio de colheitas, de destruição de bens e de pequenas aldeias, de assaltos a vilas e de assédios ou bloqueios de fortalezas e cidades muradas (GARCÍA FITZ, 2008).

A supremacia do estudo das grandes batalhas durou do século XIX à primeira metade do século XX, sendo John Keegan um dos defensores desta linha. Keegan (2006) afirma que todas as outras formas de luta empregadas durante a Idade Média seriam covardes, principalmente aquelas que utilizavam armas de longo alcance, reservando somente ao combate corpo a corpo um *status* diferenciado, pois esta seria a única forma de combate capaz de preservar a dignidade e a nobreza dos envolvidos.

Um dos condicionantes para que as batalhas fossem enaltecidas durante tanto tempo diz respeito à própria natureza das fontes medievais, que as descrevem ressaltando os acontecimentos de forma exacerbada. Como foram responsáveis por mobilizar um grande número de pessoas, tanto os envolvidos diretamente no combate como os que indiretamente

lhes deram suporte, os cronistas das regiões implicadas num combate foram estimulados a escrever sobre estes grandes acontecimentos. Além do fato de que as narrações do passado eram baseadas, principalmente, na vida dos monarcas e, sobretudo, no que dizia respeito a seus envolvimento militares, notadamente as campanhas dirigidas e as vitórias alcançadas.

A partir da segunda metade do século XX, os historiadores foram lentamente mudando este quadro de pesquisa, dedicando atenção especial para outros assuntos que não somente as batalhas. Raymond Smail (1995) foi o primeiro a comprovar a inadequação da pesquisa que só se limita a analisar as batalhas, abrindo assim novas perspectivas de interpretação historiográfica acerca de um mesmo fato.

Sobre as questões táticas, García Fitz, baseado na obra de Charles Oman (1885) afirma que:

(...) tras la caída del Imperio Romano y la disolución de las legiones, y especialmente durante la época de mayor esplendor de la caballería feudal – la Plena Edad Media – , la táctica y la estrategia casi desaparecieron de las prácticas militares de Occidente. A su juicio, esto fue consecuencia de la propia naturaleza de los ejércitos: aquellas huestes eran de carácter temporal, carecían de instrucción colectiva – lo que les impedía realizar maniobras conjuntadas – y no tenían una clara cadena de mando – lo que les abocaba a la insubordinación y a la indisciplina- (GARCÍA FITZ, 2008, p.21).

Essa constante desorganização durante a batalha estimulava as habilidades pessoais e os atos de coragem dos guerreiros. As palavras de ordem de um comandante, apesar de relevantes, não se constituíam em fator determinante durante um combate, já que certo tumulto tomava conta de toda a ação, orientada pelas ações individuais dos grupos combatentes.

Os historiadores militares que pesquisam sobre o assunto, apresentam dificuldades em analisar os conflitos medievais sem enaltecer as batalhas campais, pois buscam no passado ensinamentos úteis que possam ser utilizados atualmente nos campos de batalha das guerras modernas. De acordo com García Fitz (2008), este período constitui um contra exemplo, pois demonstra em diversas ocasiões o que não se deveria fazer num campo de batalha, já que atos de indisciplina, insubordinação e desordem podiam ser frequentemente observados nos relatos

contemporâneos, além da falta de comando de alguns líderes e a carência de treinamento e outras instruções táticas por parte dos combatentes.

Podemos evocar também o conceito de estratégia de aproximação indireta, defendido por Basil Liddell Hart (1967), que consiste numa série de movimentos estratégicos praticados visando, principalmente, desequilibrar o adversário, obter superioridade e alcançar o objetivo proposto sem a necessidade de um enfrentamento direto.

O interesse dos combatentes era o de dominar os pontos fortes de uma região para obter seu controle total, sendo as operações de cerco e incursões de saque (guerra de desgaste) as ações mais habituais do período:

En la Península Ibérica, los estudios más recientes sobre las formas de hacer la guerra han puesto de manifiesto una realidad militar perfectamente comparable con la del resto de Occidente: al menos en el reino de Castilla y León, las estrategias expansivas aplicadas por los monarcas frente a sus vecinos islámicos se articularon sobre la base de una guerra de desgaste de los recursos económicos y militares del adversario – llevada a cabo mediante la sistemática realización de cabalgadas e incursiones destructivas y depredatorias – y de una sucesión de cercos de castillos y, especialmente, de ciudades amuralladas, todo ello combinado con el despliegue de unas estrategias políticas tendentes a la fragmentación, disolución o la ruina material de los estados islámicos (GARCÍA FITZ, 2008, p.36).

Ainda segundo o próprio García Fitz:

(...) lo cierto es que la mirada de los historiadores hacia la guerra medieval ha ido deslizándose desde la confrontación en campo abierto a la guerra de posiciones y de desgaste, y ello al ritmo que se ponía de relieve un panorama más ajustado de la realidad militar del período, panorama en el que las incursiones de destrucción y saqueo y las operaciones asociadas a la defensa resultan mucho más determinantes que las batallas (GARCÍA FITZ, 2008, p.38).

Para Stephen Morillo (2006), o estudo da guerra medieval centra-se em outros aspectos, às vezes até mesmo tangenciais à atividade guerreira, tais como os meios institucionais em que se baseavam os exércitos, a infraestrutura administrativa e a máquina

fiscal que lhes sustentavam, os sistemas logísticos que lhes permitiam serem armados, transportados e alimentados, a ideologia que justificava suas ações, as atitudes mentais ou formas culturais que se derivaram delas ou as experiências dos guerreiros e de suas vítimas. O enfrentamento campal, segundo o autor, ficava relegado a um segundo plano diante de todas estas condicionantes.

A guerra de cerco, apesar de não possuir o mesmo *glamour* dos raros enfrentamentos campais, era uma das mais complexas e espetaculares dentre as operações militares medievais, pois além de toda a estratégia aperfeiçoada, contava com o apoio de engenhos de guerra para superar o poder de defesa das muralhas. A grande maioria dos enfrentamentos ocorria sob estas condições. De acordo com Rúben Sáez Abad (2007, p.12), as diferenças entre dois grupos inimigos “*se solucionaban mucho más ante los muros de fortalezas que en los enfrentamientos en campo abierto; hasta en una proporción de 99 a 1, lo que da una idea de la importancia de este hecho bélico*”.

O estudo sobre o emprego de engenharia bélica na construção de máquinas e engenhos durante o período medieval, assim como a utilização de táticas militares no auxílio da guerra de desgaste, que buscava acelerar o processo responsável por solapar as forças inimigas que se encontram protegidas dentro das cidades fortificadas ou castelos, contribui para ampliar os estudos sobre a guerra medieval, em detrimento daquele antigo quadro de grandes combates. No caso específico do documento que propomos para análise nesta dissertação, podemos observar alguns dados referentes à construção e aprimoramento de armas e máquinas, individuais ou operadas por muitos guerreiros, desde os aparelhos mais toscos até aos mais complexos, como as enormes torres móveis que foram empregadas no cerco, uma das máquinas de guerra mais bem tecnologicamente desenvolvidas da época.

A partir destas considerações, elencamos a obra *De Expugnatione Lyxbonensi*, escrita no século XII por um cruzado normando e posteriormente, editado e traduzido por Aires Nascimento sob o título de **A Conquista de Lisboa aos Mouros – Relato de um Cruzado**, como fonte principal e indispensável para o estudo dessas características principais da guerra medieval, pois podemos facilmente encontrar em seu conteúdo:

- A necessidade de reconhecimento e afirmação de um soberano;
- O forte caráter religioso posto em prática em favor da guerra;
- O sítio de uma cidade de grande potencial econômico;
- A utilização de máquinas de guerra para empreender o cerco;
- A narrativa muito bem detalhada de todo o processo, com relatos da viagem, das negociações, dos conflitos e da tomada da cidade.

Em nossa pesquisa procuramos trabalhar com variadas referências bibliográficas, que foram incorporadas para objetivo de análise. Além disso, dialogamos com autores que abordaram questões relacionadas à estratégia militar e o desenvolvimento das táticas de guerra.

Dentre as obras utilizadas se encontram os clássicos da historiografia militar, escritos por *Sir Charles Oman* (1895 e 1898), *Sir Basil Lidell Hart* (1967) e *Jan Frans Verbruggen* (1997), e obras que fazem alusão ao tema, entre eles as publicações de *Francisco García Fitz*, *Maurice Keen*, *David Nicolle*, *Pedro Barbosa*, *Raymond Smail* e *Stephen Morillo*. Utilizamos também, para analisar o processo de formação da nação portuguesa, as valorosas obras de *José Mattoso*.

Buscamos, com nossa pesquisa, contribuir para o campo da História Militar. Em nossa concepção, analisar a guerra de cerco durante a Idade Média relaciona-se com o crescente reconhecimento da importância dos elementos necessários para efetivar o longo processo chamado atualmente de Reconquista Cristã da Península Ibérica. As atitudes diárias, na maioria das vezes não relatadas, contribuíram tanto quanto as batalhas narradas em campo aberto e merecem dividir espaço nas discussões sobre guerra medieval.

O primeiro capítulo aborda as estratégias e táticas que eram comumente utilizadas na região da Península Ibérica durante o século XII. Objetivamos, em primeiro lugar, destacar a discussão historiográfica em relação à importância da guerra de desgaste, ou seja, a guerra constante, em detrimento das raras batalhas de grande envergadura e como ocorria a disposição das tropas que se enfrentaram durante o período, lutando na fronteira entre as duas culturas e desenvolvendo sistemas próprios de defesa.

O segundo capítulo faz um relato da fonte utilizada e analisa sua importância como documento único, responsável por narrar a conquista considerada como a de maior destaque no âmbito da Segunda Cruzada. Discutimos também o papel de *D. Afonso Henriques* no processo de convencimento dos guerreiros cruzados que lá se encontravam, visando engajá-los na tomada da cidade em busca de mais uma vitória contra seus inimigos.

No terceiro e último capítulo utilizamos a fonte principal para debater a construção e emprego das máquinas de guerra e todo o processo que consistia na formalização do cerco de uma cidade murada. Aproveitamos para analisar as etapas que culminaram na vitória das tropas cristãs, cuja ajuda das máquinas construídas mostraram-se fundamentais. Os demais aspectos do sítio de uma fortaleza também foram abordados, tais como a necessidade de encontrar provisões para alimentar as tropas mobilizadas, a resistência dos defensores e suas

táticas para destruir ou imobilizar os engenhos bélicos construídos e, por fim, as negociações e o emprego da violência durante o saque da cidade conquistada.

CAPÍTULO 1 - ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DE GUERRA UTILIZADAS NA REGIÃO DA PENÍNSULA IBÉRICA DURANTE O SÉCULO XII

1.1 – A COMPOSIÇÃO DOS EXÉRCITOS ENVOLVIDOS

A divisão de forças entre os exércitos regulares cristãos e muçulmanos se equivalia durante o século XII na Península Ibérica, sendo então divididos em cavalaria, infantaria, arqueiros e artilharia de sítio. Os muçulmanos utilizaram-se de tropas procedentes de várias regiões e diferentes etnias, tais como árabes, berberes, muladí e *saqqalibas*¹. Os cristãos dispunham de tropas um pouco mais uniformes, sendo seu exército formado em grande parte por guerreiros peninsulares (apesar de que a partir do século XI, com o advento das Ordens Militares, o número de guerreiros francos aumentou consideravelmente). No entanto, não podemos desconsiderar o emprego de trãsugas, renegados e mercenários por ambos os lados.

A cavalaria era dividida em três subcategorias: cavalaria pesada, cavalaria ligeira e batedores. Da parte cristã a cavalaria pesada era formada quase que exclusivamente por nobres de várias categorias – uma vez que o preço para adquirir o equipamento e cavalos treinados era muito alto – e da parte islâmica por guerreiros profissionais arregimentados e que eram em boa parte equipados pelo erário público. A cavalaria pesada era a responsável por promover a primeira carga de ataque durante o combate em campo aberto – utilizando para isso as lanças, escudos e armaduras – e garantir a manutenção de uma linha de fuga e abastecimento na retaguarda.

Já a cavalaria ligeira, tanto cristã como islâmica era composta, por cavaleiros das comunidades de fronteira e era a maioria nos conflitos. Essa cavalaria possuía um armamento ligeiramente mais leve que a cavalaria pesada – uma lança curta para estoque, algumas lanças para arremesso, espada e escudo – e, como principal força de ataque em campo aberto, formava a linha diretamente à frente da infantaria, mesclando-se muitas vezes com os cavaleiros pesados após o primeiro ataque. Podemos também incluir nesta categoria os arqueiros montados, seja os que disparavam as setas ainda cavalgando ou os que somente usavam os cavalos para se deslocar (GARCÍA FITZ, 2008).

¹ Escravos de origem eslava.

O grupo dos batedores era formado por moradores da própria região. Acostumados com o lugar, esses residentes atuavam em tarefas de reconhecimento de tropas inimigas e emboscadas. Sua principal característica era a rapidez de deslocamento e fuga, já que conheciam caminhos e passagens secundárias.

Apesar de os documentos mencionarem apenas infantaria, podemos dividi-la também em infantaria pesada e ligeira. A primeira era certamente formada por homens pertencentes à nobreza e peões de fronteira, recrutados para uma determinada campanha militar. Devido ao elevado preço das armas de ataque e defesa, seu número tendia a ser reduzido e sua função ficava restrita a missões de apoio à cavalaria e defesa dos acampamentos. Já a segunda categoria, a de infantaria ligeira, também chamada de peonagem, era constituída por homens recrutados nas fronteiras e mercenários que combatiam com armas mais leves e eram os responsáveis por manejar os engenhos de guerra, proteger o acampamento, vigiar os movimentos do inimigo e as vias de abastecimento. No entanto, não podemos desconsiderar que tais homens recebiam treinamento militar para poder executar tais funções, já que uma peonagem recrutada às pressas entre camponeses não seria confiável.

O corpo de soldados formado por arqueiros e besteiros tinha uma função importante durante o cerco a uma fortaleza, pois cabia a eles manter os sitiados longe das muralhas enquanto o ataque principal era preparado. Outra função igualmente importante diz respeito à defesa das praças, uma vez que eram os primeiros combatentes a serem mobilizados.

No que diz respeito à artilharia de cerco, são raras as descrições de ataque a fortalezas em que não seja mencionado o uso de máquinas de guerra, tais como aríetes, torres de assalto e catapultas, prática que foi largamente adotada por cristãos e muçulmanos.

Outra questão importante nas guerras medievais relaciona-se ao número de homens que delas participavam. García Fitz (2008) nos recorda que quando tentamos quantificar o número de envolvidos nas batalhas, não podemos deixar de mencionar o número dos não combatentes, visto que eles ocupavam funções vitais para o êxito de um ataque ou de uma defesa. Dentre as várias funções que ocupavam nas batalhas, os não combatentes eram os responsáveis por dar apoio a toda logística necessária para o deslocamento das tropas, manutenção das armas, alimentação dos animais e obtenção e preparo de alimentos para os combatentes. Além disso, eles também disponibilizavam recursos por onde o corpo do exército transitava, costurando acordos políticos e econômicos com os caudilhos de fronteira, já que a colaboração destes poderia ajudar com a obtenção de mantimentos e facilitar a marcha até o objetivo delimitado.

Esse apoio dos caudilhos da região era essencial porque o risco de ter os flancos da coluna de marcha desprotegidos não podia ser assumido pelos líderes de uma expedição. Era extremamente arriscado mobilizar um grande número de homens e levá-los para locais distantes da retaguarda, já que havia a possibilidade, mesmo que remota, de ter a linha de fuga cortada por ataques vindos dos flancos. Sem o contato direto com a retaguarda, a reposição de armas, homens e alimentos ficaria comprometida, tornando o exército uma presa fácil para os inimigos. Isso se aplica principalmente no caso dos cercos a fortalezas ou cidades muradas, uma vez que a hoste mobilizada devia estar sempre em alerta para um ataque promovido pelos sitiados ou cuidando para que ninguém saísse lá de dentro. Desta forma, os recursos necessários para a sobrevivência dos sitiadores deviam ser saqueados nas proximidades do alvo ou trazidos da retaguarda, por períodos que facilmente extrapolavam o período entre a primavera e o verão.

Na Península Ibérica medieval, notadamente durante a Reconquista, dois sistemas muito distintos se enfrentaram diretamente e organizaram seus recursos institucionais, militares e tributários seguindo critérios específicos.

De um lado havia os cristãos, que possuíam recursos financeiros e materiais limitados, exércitos heterogêneos e não permanentes – resultantes das obrigações militares e das fórmulas de recrutamento feudais –, tinham que deslocar-se durante vários dias, alimentar-se e manter-se sobre o território inimigo até atingir seu objetivo, seja ele orientado para ataque ou defesa.

Do outro lado estavam os islâmicos, que ordenavam seus recursos de acordo com suas tradições berberes. Apesar de ser esta uma sociedade menos militarizada que os reinos cristãos possuíam uma estrutura estatal muito mais belicosa, complexa e centralizada do que a sua correspondente feudal. Isso resultou num exército heterogêneo em sua composição, mas também em bases financeiras e logísticas muito mais desenvolvidas quando comparadas às cristãs.

Com os recursos disponíveis, cada grupo buscou organizar suas tropas da melhor maneira possível, lançando mão de táticas características e familiares a cada um. No entanto, os dois lados não se enfrentaram somente com recursos militares, materiais e organizacionais, mas também com recursos ideológicos, que serviram para motivar os combatentes e justificar a guerra.

1.2 - A GUERRA DE DESGASTE

A maior parte das práticas guerreiras levada a cabo durante a Idade Média dizia respeito a ataques a castelos e cidades muradas. Portanto, podemos afirmar que a guerra girava em torno do cerco. A explicação para isso é que qualquer fortificação bem abastecida e protegida era capaz de enfrentar agressores sem correr o risco de capitular:

Cualquier lugar que estuviera bien guarnecido de hombres, armas y vituallas, y adecuadamente protegido por la topografía o por la existencia de unas defensas artificiales mínimamente consistentes, estaba en condiciones de afrontar con bastante garantías de éxito los ataques emprendidos por cualquier fuerza agresora, e igualmente estaba en posición de resistir la presión exterior más allá de las posibilidades normales de mantenimiento sobre el terreno de una hueste asediante (GARCÍA FITZ, 2008, p.61).

Constatou-se que assaltos rápidos e realizados à força bruta quase nunca eram efetivos, sobretudo porque consumia muitas vidas humanas e exigiam um alto custo de investimento em tecnologia militar – composta principalmente pelas máquinas de guerra que, por ser inferior à capacidade defensiva das muralhas, deviam sofrer alta exposição a um contra ataque quando movimentadas para próximo das muralhas, buscando ser minimamente eficazes, e sua baixa qualidade material desestimulava seu uso em larga escala. Somando-se a isto, Oman (1885) recorda que os exércitos eram pequenos demais para bloquear totalmente um ponto forte e o tempo de serviço dos homens nas hostes recrutadas era um obstáculo para se prolongar um assédio.

A comunicação entre o local do assédio e a retaguarda era quase nula – dependendo, claro, da distância –, cabendo aos sitiadores se alimentarem a partir dos saques efetuados na região ocupada, prática que levava a uma rápida escassez dos alimentos. Os sitiados, portanto, não tinham razões para enfrentar diretamente o inimigo num campo aberto, se restringindo a apenas repelir os ataques e aguardar até que fossem embora, quase sempre acoçados pela falta de mantimentos. Isso fez com que se investisse mais na construção de fortificações do que no aprimoramento das táticas de ataque.

De acordo com García Fitz (2008), para controlar um território e os homens de uma região, era preciso primeiro concluir a difícil tarefa de dominar as fortificações que a guarneciam, sobretudo castelos e cidades muradas, pois eram estas as sedes do poder

jurisdicional e político, pólos de desenvolvimento agrário e comercial, núcleos dominantes do cenário econômico da população local, tal como eram as cidades de Santarém e Lisboa, em 1147.

No entanto, como era demorado e extremamente custoso conquistar tais fortificações, fazia-se necessário, antes de formalizar um cerco, desenvolver toda uma política de alianças e de sistemática de violência, destruição e desgaste das bases materiais, políticas e psicológicas dos defensores, visando desequilibrar-los e tornar sua resistência a mais frágil possível. Para tanto, procurava-se estabelecer alianças diplomáticas com os senhores mais próximos e, caso não surtisse efeito, incendiava-se as colheitas, destruía-se as infra-estruturas agrícolas – incêndio de moinhos, desvio do leito de riachos, corte de árvores –, cativo da população, extorsão econômica e manobras políticas que visavam diminuir a coesão do inimigo, ou seja, o emprego em larga escala da chamada guerra de desgaste.

Tais práticas eram muito comuns na Península Ibérica, o que explica o pequeno número de batalhas de grande envergadura que lá ocorreram, sendo mais comum obtermos relatos de cercos e assédios a fortificações. Segundo Barbosa (2008), contribui para isso a zona de separação entre cristãos e islâmicos não ser composta por uma linha estável, mas sim por um momento de paragem temporário de avanço, inibido graças à falta de condições favoráveis que permitissem uma maior penetração em território inimigo. Isso facilitava, por sua vez, as ações dos dois poderes opostos, que se faziam presentes e interferiam constantemente nos assuntos locais.

1.3 – A GUERRA DE FRONTEIRA: FOSSADOS, ALGARAS E PRESÚRIAS

A guerra de fronteira, incorporada à guerra de desgaste, era a principal maneira de se combater durante a Reconquista Cristã². Essa guerra era constituída basicamente por fossados, algaras e presúrias³.

² No século VIII, os muçulmanos invadiram a Península Ibérica e conseguiram se apoderar das terras daquele lugar, estabelecendo moradia com seus hábitos e com sua religião. Já em 718 aconteceu uma revolta liderada pelo cristão Pelágio, que marcou o começo de um processo de Reconquista. O objetivo era reaver as terras que sempre foram dos cristãos e de um povo de origem e cultura européia, bastante diferenciado daquele povo que vinha do Oriente. Esse processo de Reconquista durou oito séculos, sendo consolidado apenas em 1492 com a tomada do reino de Granada e expulsão dos islâmicos para o norte da África.

³ Defini-se por presúria qualquer ação realizada por um grupo armado que tem por objetivo ocupar uma porção de terras, transformando-as em uma base permanente. A versão “civil” de uma presúria era a que visava a posse de terras incultas ou abandonadas, promovida por colonos ou povoadores, mas esta forma não nos interessa para compreendermos a logística militar.

A presúria era efetuada de duas maneiras distintas. Na primeira delas, cavaleiros vilões que viviam na fronteira ocupavam o território rural inimigo, motivados pelo excesso demográfico resultante do aumento da natalidade, da migração de guerreiros e de famílias camponesas e do subsequente esgotamento de terras para sustentá-los. Desta forma esses cavaleiros preenchiam qualquer espaço vazio, abandonado ou não protegido o suficiente pelo inimigo. A outra maneira era empreendida por corpos do exército, geralmente comandados por um nobre e tinham um maior caráter de investida militar.

No entanto, este aumento de território à custa do inimigo se mostrava bastante limitado, uma vez que a expansão cessava sempre que um ponto forte de defesa inimiga era encontrado – como um castelo, torre ou vila -, além de que as construções defensivas empreendidas pelos atacantes eram bastante precárias e frágeis, devido à falta de tempo, materiais e segurança necessários para enfrentar um contra ataque inimigo. Desta forma, a presúria era considerada eficaz e efetiva somente quando conseguia atingir dois objetivos:

1. Retracção do aparelho defensivo do inimigo, acompanhado pelo abandono de parte significativa da população;
2. Ocupação de fortaleza ou construção de uma nova por parte do rei ou do senhor da terra. Esta acção pode ser consequência ou a causa de movimentos de presúria (BARBOSA, 2008, p.75).

Por outro lado, os fossados e algaras eram as principais ocupações bélicas das comunidades raianas⁴ e eram responsáveis por ser uma importante maneira de se obter provisões. Tais ataques eram realizados apenas em determinadas épocas do ano – assim como as grandes expedições militares –, visavam garantir condições propícias a uma rápida transição do terreno e mobilidade de tropas, pois evitavam assim os períodos mais chuvosos e que coincidissem com o término da época das colheitas, condição fundamental para que o saque fosse obtido e as provisões alimentícias asseguradas.

As algaras eram as correrias empreendidas por cavaleiros em terras inimigas. Visavam à pilhagem de mantimentos, equipamentos e animais, assim como a destruição dos campos cultiváveis. Estas cavalgadas partiam sempre de um acampamento baseado já em terreno inimigo, que também servia de base de operações temporária e local para guardar provisoriamente os frutos do saque.

⁴ Comunidades fronteiriças.

Já o fossado podia ser considerado uma espécie de penetração em território inimigo, com fins punitivos ou preventivos, muitas vezes tendo como alvo principal o exército adversário, instigando-o a uma batalha campal, onde se daria o combate regular entre os exércitos envolvidos. Nesse quadro, o chamado fossado régio chama a atenção pela maior envergadura das expedições. Dispondo de cavalaria e peonagem, melhor organizada e dividida em três corpos diferentes: vanguarda, corpo central e retaguarda, cabem aqui algumas considerações acerca da maneira como agiam.

De acordo com Barbosa (2008), a vanguarda era composta por um grupo de batedores, geralmente nativos da região que eram especialistas no terreno. O corpo central era formado pelos não combatentes e pelos trens de bagagens. Já a retaguarda, era considerado o principal pilar da marcha, e o local mais perigoso para se estar durante ela, já que possíveis ataques seriam lançados ali, visando cortar a rota de fuga. No entanto, em caso de retirada, as posições seriam invertidas e a vanguarda passaria a proteger a retaguarda, utilizando-se do conhecimento dos batedores nativos que iam armando, pelo caminho de retirada, pequenas emboscadas que atrasassem seus perseguidores.

Segundo García Fitz (2008), a mobilidade e rapidez eram características essenciais para o sucesso de um fossado. Recolher o saque composto por gado, homens cativos, cereais, produtos manufaturados, matérias-primas, ferramentas e, sobretudo, transportá-los com segurança e rapidez, requeria a presença de peões auxiliares à cavalaria. Estes utilizavam carroças pesadas e lentas – no caso da existência de estradas transitáveis, tal como as do antigo sistema viário romano, que ainda eram muito utilizadas durante a Idade Média, assim como as estradas auxiliares que foram construídas durante o período – ou o lombo de mulas e outros animais de carga, que resultavam igualmente num transporte lento.

A ação da cavalaria era baseada em três atos principais. Inicialmente era realizado um ataque às defesas inimigas, destruindo ali tudo o que era possível e aterrorizando a população. Logo após, a cavalaria protegia o saque e organizava uma defesa, visando coibir um contra ataque inimigo. Por fim, escoltava e protegia o comboio que voltava com o resultado do saque. Uma característica interessante de se observar nos fossados é a de que o uso de montaria (treinada ou não para batalha) não era restrito aos cavaleiros, já que os peões dispunham dela para se deslocarem mais rápido e não chegarem cansados ao objetivo delimitado, no caso o saque ou o combate direto (GARCÍA FITZ, 2008).

Nessas ocasiões, os grupos de caudilhos locais prestavam seus serviços bélicos para os dois lados em contenda, tomando partido de acordo com a situação atual do conflito, mas

sempre demonstrando um grande espírito de independência e empreendimento, esse grupo movimentava-se com facilidade entre as duas culturas em busca de autonomia local.

As guerras empreendidas pelos cristãos na região de fronteira que visavam conquistar grandes territórios não eram grandes mobilizações militares, mas sim *raids*, ou seja, pequenas incursões militares com o intuito de fustigar o inimigo, saquear a produção agrícola, destruir pequenas construções defensivas e capturar mão de obra necessária para suprir as atividades cotidianas dos homens que agora estavam combatendo.

A principal atividade econômica destas comunidades de fronteira era composta pelo saque, sendo complementada pela caça e pelo pastoreio. Dependendo da região e da tranquilidade do momento, havia a possibilidade de existir algum tipo de comércio entre os dois lados. Os produtos mais frequentes das transações comerciais eram o pão, mel, queijo e manteiga, no entanto, bens como cavalos e até armas também eram negociados, o que nos abre a possibilidade de especular que talvez o armamento utilizado pelos dois contendores não diferisse tanto assim, apesar das diferenças culturais serem presentes e bem visíveis.

Neste contexto, podemos contestar a amplitude dos movimentos de presúria, já que as comunidades estabeleciam alguns laços comerciais com os inimigos. No entanto, o que parece ser mais provável, é que tais movimentos foram empreendidos pelo rei ou por nobres, sendo a terra conquistada entregue aos povoadores somente depois de garantida a segurança da região.

1.4 – A ORGANIZAÇÃO MILITAR DA REGIÃO: DEFESA ESTÁTICA, DEFESA MÓVEL E AGRESSÃO

No caso da defesa estática da região de conflito entre as tropas cristãs e islâmicas que se enfrentaram na Península Ibérica, uma rede coerente de fortificações variadas, guarnecidas por tropas vilãs ou grupos de guerreiros senhoriais, era construída de acordo com as regiões, sendo mais ou menos concentrado o número de castelos ou acastelamentos, estrategicamente localizados próximos a passagens e vias para vigiá-los. Serviam principalmente como um ponto de apoio de uma força de defesa, e podiam ser compostas também por vilas ou aldeamentos fortificados. Segundo Barbosa “a defesa estática é a condição fundamental para fixar a população, proporcionar a defesa da terra adquirida e servir de base a futuras incursões” (BARBOSA, 2008, p.91).

Os tipos de construções defensivas que podem ser encontradas no *limes*, ou seja, na região de fronteira e retaguarda, são divididos entre os exclusivamente militares e os sistemas

de defesa de aglomerados. Os do tipo exclusivamente militares, eram compostos por uma guarnição permanente que buscava proteger e controlar um território de passagem, como um vale fluvial, pontes ou vias terrestres, além de servir de barreira no caso de algum avanço inimigo. Os dispositivos de defesa encontrados mais freqüentemente são os castelos, torres e atalaias. Já os sistemas de defesa aglomerados, tal como era Lisboa no século XII, compõem a defesa de grupos populacionais, centros organizadores de território ou locais de abrigo para populações que apenas povoam um determinado local (visando efetivar a ocupação regional). Os dispositivos de segurança seriam as *urbes*, as *cividades* e os *castra* (BARBOSA, 2008).

Tratando-se de dispositivos concebidos exclusivamente com características militares, os castelos podem ser encontrados isolados em meio à paisagem ou associados a fortificações de defesa, construídos a partir de técnicas defensivas. Usava grandes rochas ou penhascos como fortificação extra, visando proteger as populações locais. Situados em pontos altos do terreno, de forma a ter ampla visão da região e tendo em média de 500 a 600 m² de construção, era onde se encontravam os homens responsáveis por realizar a guerra. Sua principal função era a defesa de pontos estratégicos vitais, ou seja, um espaço militar organizado de acordo com as necessidades da região.

Os castros eram os sistemas de defesa que dependiam do envolvimento direto da população e formavam um aparelho menos complexo que o castelo, podendo ser, inclusive, utilizado apenas de forma temporária – somente durante ataques inimigos –, ficando o resto do tempo – durante os períodos de calmaria – guarnecido por poucos homens.

No entanto, outros aparelhos defensivos espalhavam-se pelo território de maneira coesa, auxiliando os castelos e castros na defesa da região. São as torres e atalaias, os tipos de fortificação mais difundidos durante o período medieval:

[...] as torres eram fáceis de se confundir na paisagem, construídas em pouco tempo, sendo provavelmente de madeira, pelo menos a partir do primeiro andar, e exigindo uma pequena guarnição. Teriam certamente um pequeno recinto defendido por uma paliçada ou por um muro de terra. A sua função era de vigilância de vias de penetração do inimigo e/ou de apoio a praças ou castelos. Eram obstáculos a qualquer pequena força invasora que, ou perdia tempo a conquistá-las, dando oportunidade à preparação das defesas principais, ou se arriscava a ver a sua retaguarda ameaçada, podendo ser-lhe cortada a via de abastecimento e fuga (BARBOSA, 2008, p. 93).

As atalaias por sua vez, não tinham como principal função defender um espaço ou abrigar uma força de ataque, mesmo que estivesse associada a outros sistemas de defesa. Sua tarefa era a de avistar os inimigos e avisar outras atalaias, até que a notícia chegasse aos castelos ou equivalentes. Eram constituídas de estruturas frágeis, mas integradas a uma densa rede de observação, geralmente instaladas em zonas elevadas próximas de passagens e guarnecidas por homens especialistas nesta função.

Assim sendo, todo este amplo sistema de defesa que envolvia castelos, castros, torres e atalaias tinham, além do claro caráter defensivo e ordenador do espaço conquistado, a função de apoiar as ações de ofensiva em direção à fronteira, garantindo a comunicação entre os combatentes em marcha e a retaguarda, responsável pela reposição de armamentos e mantimentos e, se necessário, transformar-se também em local seguro para reorganização das tropas após um ataque rechaçado pelo inimigo.

Tratando ainda de construções fortificadas, existiam os pequenos conjuntos de habitações dos camponeses, formas primitivas de defesa em que a casa era cercada por um muro de pedra ou madeira, protegiam um recinto interno onde seria possível guardar, durante ataques inimigos, os rebanhos, parte da produção agrícola e as ferramentas. As *motas* eram estruturas semelhantes, porém habitadas por proprietários com um pouco mais de recursos, e eram defendidas por fosso e paliçada.

No entanto, fica difícil estabelecermos atualmente com precisão a localização de tais construções. A mudança de nomes ou até mesmo a existência de duas ou mais fortificações com o mesmo nome dificultam o trabalho de quem se dispõe a conhecer tais lugares para um melhor entendimento da situação. Já no que diz respeito às torres e atalaias, estas praticamente desapareceram, uma vez que eram construídas com materiais frágeis e não foram preservadas.

A organização defensiva pode ser estruturada de três formas principais: a defesa em linha, a defesa avançada e a defesa em profundidade.

A chamada defesa em linha consiste no conjunto de fortalezas e construções defensivas situadas nas margens de rios ou montanhas, protegendo locais de fácil transposição visando evitar a passagem de tropas inimigas. Seu funcionamento era articulado com vários subsistemas:

Em primeiro lugar, a coroa de defesa às principais povoações. Em seguida, a colocação de pontos de defesa secundários em locais de fácil passagem, e nas confluências de afluentes, principalmente aqueles que proporcionavam

fáceis vias de penetração. Ligando essas estruturas defensivas, uma rede de torres e atalaias, que serviam não só de avisos e dissuasores, mas também de sistemas coerentes de comunicação rápida (BARBOSA, 2008, p.108).

No entanto, a defesa em linha se mostrava bastante frágil a partir do momento em que ela era transposta em algum ponto pelo inimigo, o que torna-se necessário conjugar os outros dois sistemas para um funcionamento efetivo. A defesa avançada era constituída por várias fortificações que se complementavam, criando assim uma espécie de ponta de lança em território inimigo. A sua função era a de absorver as ondas de impacto de maneira gradual, retardando o avanço inimigo e garantindo uma melhor organização da retaguarda.

A defesa em profundidade era baseada nas fortalezas da retaguarda, podendo ser construídas em linhas paralelas em relação às importantes fortalezas da defesa de linha, ou edificadas de acordo com o avanço da fronteira, com isso elas deixavam de ser defesas avançadas e passavam a serem defesas de segunda linha. Pode-se considerar, portanto, que elas tinham dupla função durante os combates: davam apoio logístico às fortificações da linha de frente e serviam como defesa avançada a partir do momento em que as defesas de vanguarda sucumbiam. De toda forma, eram de importância vital para garantir a ocupação de um território.

Uma das questões mais importantes que diz respeito à guerra de fronteira empreendida, além do processo de colonização, é o que trata do controle estratégico dos territórios reconquistados. Pelo menos quatro medidas principais foram tomadas durante o processo:

- a) Reactivação das antigas defesas muçulmanas, reconstruindo e consolidando as suas estruturas defensivas;
- b) Repovoamento, com colonos vindos do Norte, de muitos dos centros aldeãos com população diminuta ou hostil, eventualmente acompanhado da edificação de aparelhos defensivos;
- c) Criação de novas defesas estáticas, tanto no que diz respeito a castelos como a atalaias, torres e estruturas de protecção de vias de comunicação;
- d) Dinamização de novos assentamentos fortificados, povoados por colonos do Norte, e que tinham como missão não só valorizar as terras agrícolas circundantes, mas igualmente servir de postos de defesa secundária e centros de operações a curta distância, dentro do território inimigo (BARBOSA, 2008, p.117).

Essas estratégias foram colocadas em prática mesmo antes do cerco à cidade de Lisboa em 1147, uma vez que D. Afonso Henriques tinha consciência de ser impossível tomar aquela cidade sem antes ter um mínimo de controle sob a região. Assim, logo após a tomada de Santarém, uma série de ataques de menor envergadura foi lançada pelos portugueses, antes da chegada dos cruzados vindos do norte:

Chegando El Rey ha terra onde Lisboa eftáa cituada, pareceo-lhe melhor guerrear, e tomar as Fortalezas aho redor della ante de cerquar ha Cidade por tal q quando vieffe ho cerquo tiveffem hos feus menos trabalho nas forragens, e fe podeffem hos feus mais ligeiramente fem outras guardas eftender pela terra, e ally tomou loguo o Caftello de Mafora [...] e apoz efto foy loguo cerquar Sintra, e tomou-a[...] (GALVÃO, 1726, p. 40).

Nessa passagem da crônica escrita por Duarte Galvão podemos observar claramente como os ataques considerados rápidos e pequenos foram importantes para o abastecimento das tropas que planejavam cercar a cidade posteriormente. Se não fosse a utilização desta tática para preparar terreno e enfraquecer o inimigo, o cerco a uma cidade de grandes ou médias proporções seria extremamente mais complexo, dificultando as chances de se obter o êxito no empreendimento.

CAPÍTULO 2 - D. AFONSO HENRIQUES EM BUSCA DE RECONHECIMENTO

2.1.- DE EXPUGNATIONE LYXBONENSI – A IMPORTÂNCIA DA FONTE PARA O ESTUDO DA POLIORCÉTICA⁵ MEDIEVAL

A rica narrativa sobre a conquista de Lisboa é por nós conhecida graças a um único exemplar que, tudo indica, ingressou no Colégio *Corpus Christi* de Cambridge durante a primeira metade do século XVI. Chegou lá por meio do legado de um de seus alunos, Mathew Parker⁶ (1504-1575), como parte integrante de uma coleção de manuscritos, num códice onde foram reunidas diversas obras datadas do final do século XII e início do século XIII (NASCIMENTO, 2007).

A partir de estudos de crítica textual e análise paleográfica e diplomática a que o documento foi submetido ao longo dos séculos, constatou-se que, muito provavelmente, trata-se de uma cópia do manuscrito original, pois sua datação a situa “inequivocamente entre a segunda metade do século XII e a primeira década do XIII” (NASCIMENTO, 2007, p.9).

Além da datação da carta, outra questão que suscitou inúmeras discussões diz respeito a quem a escreveu, para quem estava destinada e quais eram suas reais intenções em fazê-lo. O destinatário pareceu ser a questão mais fácil de solucionar. Como a carta começa com um simples “*OSB de Baldr, R salutem.*”, especialistas identificaram que a forma abreviada do endereço e a saudação obedecem aos cânones da epistolografia medieval cristã. Em relação às abreviações, “Baldr” diz respeito, com certeza, à Bawdsey, pequena povoação pertencente ao condado de Suffolk, na Inglaterra. “OSB”, apesar de ainda ser considerado por alguns como objeto de discussão, podendo ser a abreviação para Osberno ou Osberto, sugere que o último seja o mais provável. Em todo caso, Osberto de Bawdsey, como o chamaremos, foi um clérigo muito próximo à casa de Glanville, que tinha entre os condestáveis da expedição um membro da família, Hervey de Glanville, responsável direto pelos homens de Norfolk (NASCIMENTO, 2007).

Em relação ao remetente, Harold Livermore (1989) nos apresenta como possível autor da carta o cruzado Raol, que participou da tomada de Lisboa e foi autor da doação de uma ermida que serviu como cemitério dos ingleses durante o cerco à cidade, em 1148, à Santa

⁵ Poliorcética diz respeito à maneira que a sociedade medieval se encontrava organizada para a guerra e havia sido moldada pelos enfrentamentos armados, sobretudo por meio de assédios a fortalezas e defesas de cidades.

⁶ Futuro vice-chanceler da própria Universidade de Cambridge e arcebispo da Cantuária.

Cruz de Coimbra. O documento que atesta esta doação encontra-se no Mosteiro de Santa Cruz na Torre do Tombo e é composto, em sua maior parte, por um dispositivo que narra o processo de tomada de Lisboa e as circunstâncias sob as quais ocorrera a fundação da ermida e cemitério dos ingleses.

Após analisar esse documento de doação e a carta escrita pelo anônimo, Livermore (1989) associou os dois documentos à mesma pessoa, baseando-se na proximidade dos conteúdos e na maneira pela qual foram redigidos. Apesar dos argumentos de Livermore indicarem que o nome do autor da carta seja mesmo Raul, não é descartado a probabilidade de existirem outras pessoas na Lisboa de 1147/1148 capazes de redigirem algum documento e que tivessem o “R” como letra inicial de seus nomes para assiná-los. Assim sendo, optamos por nos referir ao autor da carta por meio da maneira mais usual, R(aul).

A outra questão que nos resta, diz respeito à intenção deste relato. Numa espécie de introdução do *De Expugnatione Lyxbonensi*, R(aul) assim escreve:

Da mesma forma que julgamos estar seguros de que é grande desejo da vossa parte saber o que acontece connosco assim não deveis ter qualquer dúvida de que o mesmo se passa connosco a vosso respeito. Do nosso percurso, pois, tudo quanto for merecedor de relato, bons ou maus momentos, tudo quanto tenha sido entretanto feito, dito, visto ou ouvido, tudo isso o exporemos por escrito⁷ (NASCIMENTO, 2007, p.55).

Difícilmente um cruzado se daria ao trabalho de descrever o processo de viagem de um grupo de guerreiros saídos da Inglaterra até sua chegada na Terra Santa, com a única intenção de manter informado um clérigo que havia permanecido no pequeno vilarejo de Bawdsey, aguardando notícias de seus companheiros. Sim, é possível que isto possa ter ocorrido, mas a inocência deste relato cai por terra quando o interesse político é colocado em pauta.

Segundo Maria João Branco, na introdução da obra de Aires Nascimento (2007), diz que: “considerados os intervenientes e seus interesses, a conquista de Lisboa em si, a sua descrição e os homens envolvidos no processo, todos ganham uma nova dimensão. (...) As

⁷ *Qualiter circa nos habeatur magni fore uoti aput uos scitu pro certo credimus, idemque de uobis aput nos agi nulla dubitatione teneamini. Itineris ergo nostri uel prospera uel aduersa uel que ínterim facta uel dicta uel uisa uel audita, relatu digna fuerint qualicumque scripto manifestabimus* (NASCIMENTO, 2007, p. 54).

peças parecem encaixar todas” (NASCIMENTO, 2007, p.35). D. Afonso Henriques procurava afirmar sua soberania material, política e simbólica, seja entre os portugueses e seus vizinhos ibéricos ou em relação aos demais monarcas europeus e a Igreja.

Os motivos que levaram o cruzado R(aul) a escrever uma carta tão detalhada sobre o cerco empreendido à cidade de Lisboa em 1147 ainda suscitam discussões. Ao longo do relato, fica claro que a carta não foi escrita às pressas, mas sim de maneira cuidadosa e com acesso a outros documentos, que só poderiam ser consultados depois da tomada da cidade. Isso se confirma quando o relato apresenta a transcrição na íntegra dos sermões dos clérigos e dos discursos de alguns líderes cruzados, além de outros documentos provenientes da chancelaria régia, o que nos leva a crer que este cruzado, responsável por escrever a carta não seguiu viagem até Jerusalém, mas sim que se estabeleceu em terras portuguesas por algum tempo (MATTOSO, 2007).

Ainda sobre este tema, Maria João Branco destaca em sua introdução à obra de Nascimento (2007) o conteúdo da carta do cruzado normando:

Trata-se de um raríssimo exemplo de prosa de cariz narrativo com uma escrita colorida e pormenorizada, dentro do árido panorama da produção de textos narrativos na Península Ibérica durante o século XII, testemunho vivido na primeira pessoa, por um cruzado normando que embarcara na grande empresa da Segunda Cruzada. Como tal serve e reflecte realidades que estão para além do mero âmbito da Reconquista Peninsular. O texto descreve um momento e um ambiente que, quer a nível político quer a nível das mentalidades, merece alguma detenção e espelha um mundo em evolução e construção, feito de interesses e lutas políticas e de facções de toda a ordem, mas também um mundo emocional e mental que se desenrola concomitantemente ao longo da sua narrativa, feito de intenções piedosas e profanas, eivado de contactos entre culturas, e permeado da tolerância e intolerância que caracterizava as visões do mundo dos homens do Norte e dos homens do Sul, de guerreiros peninsulares e de cruzados, de muçulmanos e de moçárabes (NASCIMENTO, 2007, p.12).

Eis aí a tentativa de transformar o relato do assédio à cidade numa espécie de tradução para os cristãos que viessem a entrar em contato com o conteúdo da carta, para que pudessem reconhecer as características dos “outros” que participaram dos combates, sejam eles os bispos, os homens da hoste de D. Afonso Henriques ou mesmo os islâmicos.

2.2 – O PAPEL DE D. AFONSO HENRIQUES PARA ENGAJAR OS CRUZADOS A PARTICIPAR DA TOMADA DA CIDADE DE LISBOA

Logo no início do relato podemos observar a maneira como as hostes foram divididas em Dartmouth, Inglaterra, de onde partiram no dia 23 de maio de 1147 rumo à costa espanhola. Do porto inglês saíram, aproximadamente, cento e sessenta e quatro navios, com cerca de treze mil guerreiros para uma viagem um tanto quanto atribulada⁸:

No porto de Dartmouth se reuniram, pois, uns cento e sessenta e quatro navios com homens de diversas nacionalidades, costumes e línguas. Dividese então o exército de todos eles em três partes: sob comando do conde Arnaldo de Aerschot, sobrinho do duque Godofredo, ficaram as forças vindas do Império Romano; sob as ordens de Cristiano de Gistelles se colocaram os homens da Flandres e de Bolonha; os homens de todas as outras origens ficaram na dependência de quatro condestáveis: sob comando de Hervey de Glanville, os homens de Norfolk; os homens de Suffolk, às ordens de Simão de Dover; todos os navios de Kent às ordens de André de Londres; às ordens de Saério de Archelles, os restantes navios da frota⁹ (NASCIMENTO, 2007, p.55).

Após o relato dos principais acontecimentos ocorridos durante a viagem marítima e da descrição da costa espanhola e portuguesa, a carta indica que a maior parte dos navios que não se dispersaram durante a tempestade atracou na cidade do Porto, no dia 16 de julho, onde foram recepcionados pelo bispo local, D. Pedro Pitões, que lhes informou das intenções do futuro rei português, D. Afonso Henriques, de tomar a cidade de Lisboa.

Antes de analisarmos as hipóteses referentes à possibilidade de D. Afonso Henriques saber de antemão da viagem dos cruzados, é importante destacar o que ocorreu em 1142, quando uma primeira tentativa de tomar a cidade de Lisboa por parte do infante português também contou com a ajuda de tropas cruzadas. Segundo José Mattoso:

⁸ Parte da frota naval foi dispersa no sexto dia da viagem, graças a uma forte tempestade que se levantou no Golfo da Biscaia.

⁹ *Igitur apud portum de Dertemude diuersarum nationum et morum et linguarum gentes nauibus circiter C.LXIII conuenere. Horum omnium trifariam partitur exercitus. Sub comite Arnaldo de Aerescot, nepote Godefridi ducis, a Romani imperii partibus secedit exercitus. Sub Christiano de Gistell[a] Flandrenses et Bononenses, ceterorum omnium sub constabulariis quatuor: sub Herueo de Glanuilla Norfolcenses; et Sudfolcenses sub Symone Dorobernensi; omnes Cantiae naues sub Andrea Londonienses; sub Saherio de Arcellis relique omnium naues* (NASCIMENTO, 2007, p.54).

Naquele tempo vieram inesperadamente alguns navios da região das Gálias, cheios de homens armados que tinham feito o voto de ir a Jerusalém; tendo chegado ao porto de Gaia e entrado no Douro, o rei soube disso, e alegrou-se, pois eram cerca de setenta, e estabeleceu com eles um acordo para irem até Lisboa, eles por mar, e ele por terra, com o seu exército, para cercarem [a cidade]. [...] cercaram-na e atacaram-na, mas não puderam vencê-la porque não chegara ainda o tempo de cair nas mãos dos cristãos, mas assolaram os arredores e arruinaram muitas vinhas e queimaram muitas casas e provocaram uma grande destruição naquela terra. Vendo, porém, que não se podia tomar rapidamente, nem mesmo demorando muito tempo, mesmo que estivesse cercada todos os dias, porque era bem defendida e tinha muitos habitantes, e nessa altura tinha toda a espécie de bens em abundância, abandonaram-na (MATTOSO, 2007, p. 197).

Cinco anos após essa primeira tentativa frustrada, D. Afonso Henriques vislumbrou uma nova oportunidade, quando o papa Eugênio III publicou uma bula em março de 1146 conclamando uma nova cruzada para auxiliar as tropas cristãs que se encontravam no Oriente Médio. A pedido do papa, São Bernardo¹⁰, abade de Claraval, foi o responsável por pregar a cruzada na Europa Ocidental.

São Bernardo possivelmente havia entrado em contato com o infante português por intermédio de Amadeu III, conde de Maurienne e pai da futura rainha Mafalda de Portugal, que viria a se casar com D. Afonso Henriques e de D. João Peculiar, bispo do Porto. Amadeu III era também tio materno de Luís VII, rei francês escolhido para liderar a Segunda Cruzada e amigo próximo de São Bernardo. Em estudo biográfico sobre o primeiro monarca português, José Mattoso destaca que D. Afonso Henriques:

Estando perto de completar os 38 anos de idade, e já casado com uma princesa que não era de sangue real, mas cuja família se ligara directamente à do rei da França [...], Afonso Henriques não podia, no entanto, esquecer que o seu reino era um país bem modesto quando comparado com a maioria

¹⁰ Bernardo de Fontaine, abade de Claraval, viveu entre 1090 e 1153. Canonizado em 1174, São Bernardo, como passou a ser chamado, foi um monge cisterciense, grande defensor da Igreja e um dos principais propagadores e defensores do movimento das Cruzadas. Foi o autor do *De laude novae militiae*, obra em que faz um elogio a uma nova cavalaria, que lutava por ideais santos, não mais mundanos. São Bernardo foi responsável por contribuir para que os cruzados tivessem seus atos justificados, utilizando sua retórica para defender os homicídios cometidos pelos guerreiros em relação aos muçulmanos, chamando este ato de “malicídio”, já que matar um infiel era um ato nobre aos olhos de Deus.

das nações da Cristandade. Não podia esquecer que o papa aceitara o censo que lhe oferecia como “cavaleiro de São Pedro”, mas o considerava um simples *dux* (MATTOSO, 2007, p. 231).

Para poder satisfazer suas ambições de reconhecimento como monarca legítimo, D. Afonso Henriques precisava aumentar os limites de seu território, dominar mais cidades além das já conquistadas Coimbra e Braga e, por fim, consolidar o prestígio que vinha nutrindo frente à nobreza ibérica por meio de algum grande feito militar. A recente aproximação com São Bernardo poderia contribuir para esse fim, não no caso da conquista de Santarém, mas possivelmente no caso da conquista de Lisboa.

As probabilidades de uma carta de São Bernardo, endereçada a D. Afonso Henriques e publicada no século XVII pelo erudito beneditino Jean Mabillon apontam para que esta seja verdadeira, apesar das dúvidas que ainda pairam no ar a respeito da legitimidade da existência do delegado enviado até o abade. O infante português teria pedido ajuda a São Bernardo por meio de seu irmão ou filho chamado Pedro Afonso e a resposta do abade teria sido positiva. O fato é que São Bernardo havia pregado a cruzada na região dos Países Baixos entre julho de 1146 e janeiro de 1147, passando por mais de vinte lugares. Na carta escrita pelo cruzado R(aul), uma boa parte dos cruzados que partiram do porto de Dartmouth eram procedentes dos Países Baixos, sendo que o abade francês conhecia pessoalmente Cristiano de Gistelles, um dos líderes da tropa reunida (MATTOSO, 2007).

Se atentarmos para o fato de que D. João Peculiar já sabia de antemão que a expedição cruzada passaria pelo Porto e que este teria sido incumbido por D. Afonso Henriques de chegar a um acordo com os chefes da expedição para participar do cerco – expedição que, por sinal, partiu para Jerusalém antes das tropas de Luís VII¹¹ e Conrado III¹², que viajaram por terra e saíram somente no mês seguinte –, os indícios realmente apontam para que o futuro monarca português contou com a intervenção direta de São Bernardo na preparação da conquista de Lisboa, uma vez que necessitava de uma força naval para poder cercar totalmente a cidade (MATTOSO, 2007).

A posse da cidade era essencial para consolidar as conquistas realizadas até então por D. Afonso Henriques, assim como para garantir seus planos de dominar toda a linha do

¹¹ Nascido em 1120, foi rei da França entre 1137 e 1180.

¹² Nascido em 1093, foi o imperador do Sacro Império Romano Germânico entre 1138 e 1152. É considerado o fundador da dinastia dos Hohenstaufen.

Tejo¹³. Após a chegada dos barcos que haviam sido dispersados na tempestade, a frota foi novamente reunida e rumou para Lisboa, a fim de ouvir do próprio D. Afonso Henriques quais eram suas intenções e como a contribuição dos cruzados seria recompensada. Ao chegar a Lisboa, a opulência da cidade foi relatada:

A norte do rio, no topo de um monte redondo, fica a cidade de Lisboa, cujas muralhas descem em socacos até à margem do rio Tejo, dele ficando separadas apenas por um pano de muralhas que assentam no chão. No momento da nossa chegada era a mais rica e opulenta em provisões de toda a África e de grande parte da Europa¹⁴ (NASCIMENTO, 2007, p.77).

Segundo Carlos Guardado da Silva (2008), a Lisboa desta época era uma cidade extremamente cosmopolita e importante para o comércio da região, englobando em seus muros negociantes oriundos de todas as partes da Europa, Norte da África e Oriente Médio, além de possuir um importante estaleiro naval, responsável por reparar as frotas islâmicas que navegavam no mediterrâneo. Os vários adjetivos de outros trechos da carta, reservados à descrição da cidade, também demonstram como os homens vindos do norte da Europa ficaram maravilhados ao se depararem com o número de pessoas que a habitavam e suas diferentes culturas.

Lisboa era sem dúvidas a maior cidade do *Gharb al-Andalus*, contando com 15 hectares de espaço intra-muros e mais dois arrabaldes – Alfama e do Ocidente – que perfaziam um total de 30 hectares de perímetro urbano povoado. No entanto, os números totais da população que foram fornecidos pelo cruzado normando Raul são bastante exagerados: “Por outro lado, ao tempo da nossa chegada, a cidade, incluindo os subúrbios em volta, contava com 60 000 famílias que pagavam tributo, a que se somavam os homens livres isentos de impostos¹⁵” (NASCIMENTO, 2007, p.79). Na passagem seguinte, o número de habitantes é relatado: “Tem mais população do que se poderia imaginar, pois, como depois de

¹³ D. Afonso Henriques conquistou as cidades de Leiria e Santarém, entre os anos de 1135 e 1147. Logo após a conquista de Lisboa em 1147, foi capaz de dominar os territórios de Almada e Palmela (1147) e Alcácer (1160), para só então se arriscar em terras do Alentejo.

¹⁴ A septentrione fluminis est ciuitas Lyxbona in cacumine montis rotundi; cuius muri gradatim descen[den]tes ad ripam fluminis Tagi solum muro interclusi pertingunt. Sub nostro aduentu opulentissima totius Affrice et magne partis Europe commeatibus (NASCIMENTO, 2007, p.76).

¹⁵ Constitit uero sub nostro aduentu ciuitas LX milia familiarum aurum reddentium, summatim circumquaque suburbiis, exceptis liberis nullius grauedini subiacentibus (NASCIMENTO, 2007, p. 78).

tomarmos a cidade pudemos saber do alcaide, ou seja, do governador, chegou esta cidade a ter 154 000 homens, sem contar crianças e mulheres [...]”¹⁶ (NASCIMENTO, 2007, p.79).

Mesmo levando em consideração os guerreiros e nobres islâmicos recém chegados de Sintra, Almada, Palmela e Santarém, atacados anteriormente por D. Afonso Henriques, tais cifras são deveras exageradas, apesar da inexistência de números absolutos para Lisboa anteriores ao século XVI que comprovem tal fato. De acordo com Carlos Guardado da Silva (2008), a Lisboa de 1147, contando com os arrabaldes e a população ribeirinha, possuía um total de aproximadamente 30 mil pessoas, número estipulado com base na comparação com outras cidades do mesmo porte e no mesmo período, como Málaga e Almeria, por exemplo.

De acordo com o relato do cruzado normando Raul, o primeiro embate entre as tropas cruzadas e islâmicas que ocupavam a cidade se deu na noite do dia 28 de junho de 1147, quando aproximadamente 39 cruzados desceram de seus navios, que estavam ancorados na praia e foram atacados por alguns mouros, que logo voltaram para o abrigo da cidade ao serem repelidos pelos cristãos. Os soldados cristãos Hervey de Glanville e Saério de Archelles logo ergueram suas tendas na praia, a modo de não abandonar o primeiro território conquistado à custa do inimigo.

Ao amanhecer do dia, o futuro rei português D. Afonso Henriques foi se encontrar com os líderes das tropas cruzadas, lhes fazendo uma proposta de colaboração a fim de sitiar a cidade. A resposta dos cruzados só foi dada no outro dia, após a reunião de um conselho dos líderes de cada grupo, não sem grande dificuldade para que os diferentes interesses de cada um fossem acordados, e a resposta positiva fosse dada a D. Afonso Henriques.

Um dos motivos da divergência que se instaurou entre a frota cruzada dizia respeito frustrada tentativa de conquistar a cidade em 1142. Apesar do fracasso, naquela ocasião, algumas dezenas de cruzados oriundos da região de Northampton e de Hastings firmaram acordo com D. Afonso Henriques e permaneceram por alguns meses cercando a cidade.

Temendo uma reedição do fracassado ataque de 1142, D. Afonso Henriques se viu obrigado a negociar a participação dos cruzados nessa nova tentativa de cerco a Lisboa. Os termos oferecidos pelo futuro monarca português lhes garantiam o direito ao saque após a tomada da cidade, o cativeiro de parte da população e a isenção do pagamento de taxas para os barcos que futuramente viessem a atracar para fazer comércio. Tais vantagens foram discutidas e aceitas por todos os dignitários.

¹⁶ *Populosa supra quod existimari nequit. Nam sicut postmodum urbe capta ab eorum alçai[d]e, id est principe, didicimus, habuit hec ciuitas centum quinquaginta quatuor milia hominum, exceptis paruulis et mulieribus [...]* (NASCIMENTO, 2007, p. 78).

CAPÍTULO 3 - MÁQUINAS DE GUERRA EM AÇÃO

3.1 – O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA GUERRA DE CERCO

Ao sitiarem uma cidade ou castelo, uma espécie de protocolo devia ser cumprido, sendo que algumas regras morais deviam ser observadas para que o cerco pudesse ser realmente reconhecido e efetivado. O primeiro passo consistia na conversação entre as partes, onde delegados eram enviados por parte dos sitiados a fim de pedir a rendição da guarnição inimiga. Com isso procurava-se evitar um embate direto ou um cerco, que poderia levar de algumas semanas até a alguns meses, dependendo da quantidade de provisões e da regularidade das reposições de material bélico, humano e alimentício.

Segundo García Fitz, geralmente os sitiados refutavam o pedido de rendição, preferindo que o cerco fosse levantado e as hostilidades começassem. Isso se dava, principalmente, devido à enorme superioridade da defesa em relação ao ataque durante o período pleno medieval (GARCÍA FITZ, 2008). A partir do momento em que o cerco fosse oficializado, a desistência por parte dos sitiadores resultava na desonra e descrédito do comandante militar responsável pela campanha. Assim sendo, tal forma de guerrear se tornava uma luta para ver qual dos inimigos seria derrotado primeiro, seja diretamente através das armas e artimanhas, seja indiretamente pela fome, como era mais recorrente.

O grande inimigo dos sitiadores consistia no tempo de serviço pago para as hostes recrutadas, que era de aproximadamente três meses. Ao fim desse período, as tropas recrutadas não tinham mais obrigação de acompanhar o chefe militar na empreitada, e só permaneciam com o cerco caso os acordos de saque fossem benéficos ou o pagamento de novos soldos fosse realizado. D. Afonso Henriques dispensou grande parte de seu exército logo após o saque da cidade de Almada, os motivos ainda são incertos, mas é bem provável que já havia vencido o tempo de serviço de seus homens recrutados e, como a tomada da cidade parecia bem provável, optou por dispensar a maior parte de seu exército ao invés de realizar um novo pagamento às hostes.

O que ocorreu em Lisboa no ano de 1147 não foi muito diferente desse padrão observado durante quase toda a Idade Média. Assim que os cruzados e D. Afonso Henriques acertaram as condições para iniciar o cerco, os acampamentos foram levantados próximos das muralhas e o arcebispo de Braga e o bispo do Porto foram enviados como delegados para acertar a rendição da cidade perante seu representante oficial, uma autoridade islâmica. Após

vários discursos, onde cada um procurou expor seus intentos, ficou decidido que a cidade não seria entregue sem luta, formalizando-se então o cerco no dia primeiro de julho.

O combate pela posse da cidade começou no mesmo dia, quando as tropas cristãs se enfrentaram com os defensores islâmicos pela posse dos subúrbios da cidade, que acabou sendo conquistado ao fim do dia, mesmo levando em consideração o número de guerreiros envolvidos na refrega, favoráveis aos muçulmanos, já que os defensores optaram pela segurança das muralhas da cidade ao invés de um enfrentamento aberto. Saério de Archelles foi enviado para fazer as tropas recuarem, a fim de que seus homens fossem preservados para um ataque de maior envergadura, que seria lançado no dia seguinte. No entanto, se viu obrigado a participar do combate para socorrer alguns guerreiros que se encontravam já bastante avançados dentro das cercanias da cidade, sendo que alguns deles inclusive já se lançavam ao saque de algumas casas. Mas a luta tomou grandes proporções e vários cristãos deixaram os navios para tomar parte no combate, obtendo assim a vitória.

Neste episódio podemos observar o uso de máquinas de guerra por parte dos defensores: “Muitos, entretanto, caíam por causa das setas e dos tiros das balistas, pois o arremesso de pedras travava a possibilidade de maior avanço. Assim se passou grande parte do dia.¹⁷” (NASCIMENTO, 2007, p.101). As balistas podiam ser de tamanhos diferentes e disparar de setas pequenas, pouco maiores do que as utilizadas em arcos ou projéteis com mais de um metro de comprimento, dependendo de seu tamanho. No entanto, o lançamento de pedras descrito foi provavelmente realizado com o auxílio de diversas fundas individuais que, mesmo atirando pequenas pedras, com no máximo 1 quilo de peso, quando manuseadas por homens bem treinados podiam ser bastante letais. Apesar de parecer pequeno, esse tipo de projétil lançado por uma funda do alto de uma muralha adquiria velocidade, e podia facilmente quebrar ossos ou até mesmo matar um homem, se o atingisse na cabeça, mesmo se estivesse utilizando alguma proteção.

Um contra ataque foi lançado por parte dos islâmicos com a intenção de retomar os arredores da cidade, sendo esse rechaçado pelas tropas cruzadas, que contaram pela primeira vez com os reforços portugueses. Assim, os acampamentos foram levantados ao redor das muralhas e batéis com homens armados vigiando a parte da cidade que dava para o rio, obstruindo totalmente todas as vias de comunicação dos defensores¹⁸. Isso se mostrava fundamental durante um cerco. Impossibilitar os defensores de obterem reforços e alimentos

¹⁷ *Multi interim sagittarum et balistarum ictibus cadere, nam propius accedendi licentiam lapidum prohibebat emissio. Sicque diei pars magna consumpta est* (NASCIMENTO, 2007, p. 100).

¹⁸ Lisboa possuía três portas principais: duas laterais às muralhas (Porta de Alfofa e Porta de Ferro) e uma de frente ao rio (Porta do Mar) (SILVA, 2008, p. 96).

era primordial para garantir o sucesso da empreitada. Do contrário, a resistência dentro das muralhas poderia durar um tempo indeterminado, obrigando os atacantes a abandonarem suas posições. Mas quando todas as vias de comunicação eram controladas, os alimentos e, dependendo da situação, até mesmo a água começava a escassear em poucas semanas. Isso obrigava os sitiados a tentar furar o bloqueio numa luta armada ou a negociar a rendição da cidade, o que era mais recorrente.

3.2 – A CONSTRUÇÃO DE MÁQUINAS DE GUERRA DURANTE O SÍTIO DE LISBOA E SUA UTILIZAÇÃO POR PARTE DAS TROPAS CRISTÃS

Mesmo com a possibilidade de vencer os inimigos pela fome, a construção de máquinas de guerra para acelerar a tomada da cidade de Lisboa não demorou a ter início. É bem provável que, após a formalização do cerco, as tropas cruzadas não se mostraram dispostas a esperar longos meses pela rendição do inimigo, partindo logo para a obtenção de matéria prima a fim de confeccionar os engenhos de guerra para forçar a rápida rendição da cidade: “Estávamos, porém, já ali há quinze dias e começámos de um lado e de outro a fabricar máquinas de guerra: colonienses e flamengos montam um suíno, um aríete e uma torre móvel; os nossos, uma torre móvel de 95 pés de altura¹⁹” (NASCIMENTO, 2007, p.106).

O suíno²⁰ era uma espécie de proteção móvel, que servia para abrigar os soldados que se aproximavam do raio de ação dos defensores ou iniciavam os trabalhos de minagem de uma muralha. A utilização deste tipo de máquina para a proteção das tropas era fundamental em qualquer guerra de cerco, pois era responsável por diminuir consideravelmente o número de baixas causadas pelo lançamento de pedras e outros projéteis do alto das muralhas.

Apesar de parecer um engenho simples, sua construção era complexa, utilizando vários materiais que cumpriam determinados objetivos. O primeiro passo da montagem consistia na fabricação de uma armação com vigas resistentes, semelhantes a um telhado de uma casa de duas águas. Essa armação era fechada com tábuas e seu telhado era reforçado com muitos feixes de varas unidas, para amortecer o impacto dos projéteis. Por fim, uma dupla camada de couro bovino sem curtir era utilizada para revestir o telhado, que contava

¹⁹ *Cum autem ibi per XV sedissemus, machinas utrimque facere incepimus, Colonenses et Flandrenses suem, arietem, turrim ambulatoriam, nostri turrim ambulatoriam nonaginta V pedum altitudini* (NASCIMENTO, 2007, p. 106).

²⁰ Ver anexo (pág. 51).

também com algas marinhas, palha umedecida com vinagre ou barro para uma proteção mais eficiente contra os projéteis incendiários que por ventura viessem a ser lançados (SÁEZ ABAD, 2007).

O aríete²¹ foi a máquina de golpe direto mais utilizada nas guerras de cerco pela simplicidade de seu funcionamento e facilidade de sua construção. Consistia numa haste de madeira, geralmente um tronco de árvore com a ponta endurecida ou revestida com metal, que servia para atacar diretamente a porta de uma fortificação, destruindo-a após várias batidas. Os mais simples podiam ser construídos rapidamente, bastando para tal que uma árvore fosse derrubada, seus galhos retirados e tivesse uma extremidade afiada por uma lâmina. Nesse caso, os guerreiros responsáveis por manejá-lo encontravam-se expostos aos ataques inimigos do alto das muralhas, restringindo seu uso a situações isoladas, onde a resistência intramuros estivesse já demasiada enfraquecida.

No entanto, a construção do aríete utilizado no cerco de Lisboa foi de um modelo mais complexo. Uma estrutura, provavelmente quadrangular, construída em um chassi de madeira e com rodas, servia-se de um sistema de cordas para movimentar o tronco com a ponta enrijecida num movimento de pêndulo, golpeando o alvo com menor esforço físico e maior proteção para os guerreiros (SÁEZ ABAD, 2007). Os resultados obtidos por esse aparelho não foram registrados pelo cruzado Raul. Provavelmente, o aríete foi posto fora de uso por algum projétil inflamável lançado pelos ocupantes da cidade ou, ao chegar à muralha, fora bloqueado por algum obstáculo, como areia ou palha, previamente espalhado pelos defensores.

A torre móvel estava entre as mais engenhosas máquinas de aproximação utilizadas durante a guerra de cerco. Construídas exclusivamente de madeira, eram concebidas para superar as muralhas de uma fortificação pela sua altura. No caso do cerco de Lisboa, duas torres foram construídas. A primeira, como relatado, possuía 95 pés de altura – aproximadamente 29 metros de altura – e acabou sendo destruída. A segunda, construída posteriormente, possuía 83 pés – equivalente a 25 metros de altura. Em se tratando de atacar uma cidade ou fortaleza murada, o uso de uma torre móvel consistia na maneira mais segura de superá-la, pois os homens estariam protegidos dentro da estrutura, ficando expostos somente no momento em que a rampa era baixada no topo da muralha, o que não ocorria quando tentavam escalar os muros com cordas ou escadas.

Tais engenhos bélicos entraram logo em ação, como relatado pelo cruzado R[aul]:

²¹ Ver anexo (pág. 51).

Entretanto, os colonienses e os flamengos tentam abalar as muralhas e as torres dos inimigos com cinco balistas. Terminadas finalmente as máquinas e levadas até junto das muralhas, só a custo conseguiram puxar atrás o aríete, pois tudo o mais foi queimado de modo bastante afrontoso. Quanto à torre, quando estava prestes a chegar junta da muralha enterrou-se na areia e aí ficou, tendo sido irremediavelmente fustigada por três balistas inimigas durante dias e noites sucessivas; aí foi incendiada pelos inimigos ao fim de quatro dias, não sem que os nossos tentassem defendê-la com grande esforço e perdas, mas tudo em vão²² (NASCIMENTO, 2007, p.107-109).

No entanto, como podemos observar, as máquinas de guerra construídas foram logo postas fora de funcionamento por parte das ações dos defensores. Isso constituiu num duro golpe para as tropas cristãs. Construir uma torre móvel, por exemplo, requeria a experiência de mestres construtores²³, que orientavam o trabalho de vários soldados engenheiros, responsáveis também por manejar as máquinas quando prontas. Os problemas logísticos ficam explícitos quando analisamos a construção de tais armas. Obter madeira de boa qualidade em quantidades suficientes era muitas vezes algo arriscado, pois parte das tropas deviam ser deslocadas para regiões afastadas dos acampamentos, estando dessa forma sujeitas a emboscadas por estarem em território inimigo. Somado a este perigo constante, as árvores deviam ser derrubadas, serradas em tábuas e vigas e só depois transportadas de volta para próximo das muralhas. Só então os mestres na construção de tais engenhos começavam o trabalho, erguendo a torre a partir de encaixes talhados na madeira, uma vez que o uso de pregos era bastante limitado.

Todo esse esforço poderia ser em vão, como ocorreu no relato, caso as máquinas construídas não contassem com uma proteção externa, composta de lama seca e couro cru de gado. Grandes vasos com vinagre ou urina eram transportados junto à torre, a fim de apagar o fogo causado pelos inimigos, principalmente pelas flechas incendiárias. Entretanto, a torre construída pelos cruzados acabou atolada na areia, e se tornou uma vítima fácil para os

²² *Colonenses interim et Flandrenses v fundis Balearicis muros et hostium turres temptant concutere. Peractis tandem eorum machinis et ad murum deductis, uix arietem reduxere, ceteris igne et satis contumeliose consumptis. Turris uero nostra cum iam ad murum fere duceretur, sabloni inhesit immobilis, a tribus eorum fundis irremis[s]ibiliter per dies noctesque concuss[a], ubi non sine magno nostrorum labore et detrimento in defendendo frustra, post dies quatuor comburitur, ab hostibus* (NASCIMENTO, 2007, p. 106-108).

²³ O mestre responsável pela construção das máquinas de guerra utilizadas no cerco de Lisboa foi provavelmente um engenheiro de Pisa, que acompanhou os cruzados desde a saída dos barcos em Dartmouth e seguiu até Jerusalém.

muçulmanos, que a atacaram com toda força até não restar mais nada. Aliás, de todas as máquinas construídas, apenas o aríete pôde ser salvo nessa primeira tentativa de superar as muralhas.

Analisando mais atentamente essa passagem, podemos também identificar a utilização de outra máquina de guerra, a funda²⁴. No texto, o cruzado Raul utiliza a palavra *fundis Balearicis*²⁵, traduzida para o português, erroneamente, como balista. O motivo de tal equívoco se deve ao fato de os nomes dos engenhos bélicos medievais serem, muitas vezes, confundidos pelos cronistas ou contemporâneos que relatavam sua construção ou utilização. A balista tinha uma longa tradição nas guerras europeias, pois era uma máquina construída pelos antigos romanos e utilizava um sistema de torção para lançar flechas de grande porte. A funda, por sua vez, era uma peça de tração manual, composta por um bastão com uma corda amarrada em uma de suas extremidades. Podiam-se lançar pequenos projéteis a grandes distâncias com essa arma.

No entanto, as fundas utilizadas no cerco de Lisboa foram bem maiores e recebiam o nome de mangonel²⁶. Os mangonéis podiam ser operados individualmente, assemelhando-se muito à funda simples e às vezes até confundindo-se com a mesma. O diferencial era seu funcionamento: enquanto a funda encontrava-se nas mãos dos guerreiros, o mangonel deveria estar fixado ao solo e era acionado por cordas puxadas em uma extremidade que criavam um movimento de alavanca, lançando os projéteis.

Os tipos mais comuns eram manejados por equipes de vinte a cem homens, normalmente dois em cada uma das extremidades da corda. Nesses casos, um pequeno grupo ficava responsável por carregar o projétil e estabilizá-lo, enquanto o grosso do efetivo mobilizado puxava a corda do outro lado. Experimentos modernos reconstruíram um mangonel de grandes proporções e calcularam que esse tipo de máquina poderia disparar projéteis de até 60 quilos a uma distância que variava entre 85 e 133 metros (NICOLLE, 2002).

Seguindo com o relato, após algumas escaramuças entre os inimigos ocorreu o saque e chacina da cidade vizinha de Almada, onde as tropas cristãs saíram vitoriosas. Isso deu ânimo aos soldados, que voltaram a tentar superar as muralhas e a utilizar peças de artilharia no ataque:

²⁴ Ver anexo (pág. 52).

²⁵ Literalmente, fundas baleares. Recebeu esse nome por serem utilizadas pela primeira vez como lançadoras de pedras na Península Ibérica, na região das ilhas Baleares (NASCIMENTO, 2007, p.169).

²⁶ Ver anexo (pág. 53).

É então que, por sua vez, os nossos se empenham mais no trabalho e se lançam a escavar um fosso subterrâneo entre a Torre e a Porta de Ferro, com o fim de deitarem abaixo a muralha. (...) Além disso, são levantadas pelos nossos duas balistas: uma, colocada junto à margem do rio era accionada pelos marinheiros, outra situada frente à Porta de Ferro estava às ordens dos cavaleiros e dos seus acompanhantes. Estavam todos eles organizados em grupos de cem e, mal se ouvia o sinal para saírem os primeiros cem, outros cem entravam, de forma a que no espaço de dez horas tinham sido disparadas cinco mil pedras. Acção desta natureza extenuava extremamente os inimigos. É então a vez de os normandos, os ingleses e os que com eles se encontravam começarem a fazer uma torre móvel de 83 pés de altura. Os colonienses e os flamengos recomeçam a escavar o novo fosso subterrâneo frente à muralha da parte mais alta do castelo a fim de a deitarem abaixo; era uma construção de merecer elogios, com cinco entradas, com um pouco menos de 40 côvados de largura na frente, e concluíram-na em menos de um mês²⁷. (NASCIMENTO, 2007, p.113).

As peças de artilharia construídas pelos cruzados que auxiliaram D. Afonso Henriques no cerco da cidade, sobretudo a que foi relatada nessa passagem e se concentrou em atacar a Porta de Ferro, eram peças de grande porte, pois foram manejadas por equipes de aproximadamente cem homens. O cruzado Raul afirma que foram disparados cerca de cinco mil projéteis²⁸ contra essa região da muralha, durante dez horas ininterruptas. Isso representa uma cadência de tiro de um projétil a cada sete segundos (SÁEZ ABAD, 2007). No entanto, apesar dessa potência de disparo, as defesas permaneceram intactas, o que nos faz supor que esta peça de artilharia disparava projéteis de pequenas dimensões.

Uma das maneiras mais fáceis de superar uma muralha durante uma guerra na Idade Média era a traição por parte de algum sitiado, que depois de combinar os termos com os

²⁷ *Tum uero nostri potius intendentes operi, inter turrem et portam ferream fossam subterraneam, ut murum precipitarent, fodere aggrediuntur. (...) Insuper due funde Balearice a nostris eriguntur, una supra ripam fluminis a nautis trahebatur, altera contra portam ferream a militibus et eorum conuictualibus. Hii omnes per centenos diuisi, audito signo exeuntibus primis centenis, alii centeni subintrassent, ut inter decem horarum spatia v milia lapidum iactarentur. Huiusmodi uero actio maxime fatigabat hostes. Iterum Normanni et Anglici et qui cum eis erant turrim ambulatoriam LXXXIII pedum altitudinis [138v] incipiunt. Colonenses iterum et Flandrenses ut murum precipitarent fossam contra murum editoris castris effodere incipiunt, opus admirabile dictu habens aditus quinque, continuatum uero infra XL cubitorum latitudinis a fronte, quod infra mensem consummaure* (NASCIMENTO, 2007, p. 112).

²⁸ Os projéteis lançados podiam ser vasos incendiários, animais mortos em estado avançado de decomposição, partes dos corpos de soldados inimigos que foram capturados e/ou mortos e, principalmente, pedras. Descobertas arqueológicas apontam que mesmo utilizando as pedras da região sitiada para o ataque, estas eram moldadas em formatos esféricos para atingirem com mais precisão o alvo e facilitar o seu manuseio pela equipe de recarga das peças de artilharia.

atacantes, o dia e o local exato, abria os portões para a entrada das tropas, ou valer-se da astúcia de um grupo bem treinado de guerreiros. Essa estratégia pode ser observada na fonte que estamos analisando, pois era a maneira tal como Geraldo Sempavor²⁹ costumava agir. Porém, a partir do momento que o cerco era formalizado, tomar a cidade mostrava-se uma tarefa árdua e cansativa, e quando as máquinas de cerco, tais como as torres de assalto, os aríetes e as peças de artilharia não eram suficientes para superar a muralha, outra técnica utilizada pelos sitiadores era colocada em ação, a minagem de seções da muralha.

Minar uma seção da muralha consistia em cavar túneis subterrâneos até as fundações da construção e depois incendiar uma pilha de madeira até que a rocha trincasse e cedesse. No entanto, essa tarefa poderia levar meses e os defensores facilmente percebiam esses movimentos e se organizavam para interceptar os túneis que estavam sendo cavados, inundando-os ou travando pequenas escaramuças subterrâneas: “Os colonienses por cinco vezes tentam abrir túneis subterrâneos para fazer cair a muralha, mas outras tantas vezes fracassaram³⁰” (NASCIMENTO, 2007, p. 109).

Aliado ao empenho dos cristãos em tomar a cidade, a carência de alimentos já era sentida dentro das muralhas e o mau cheiro dos cadáveres insepultos abalavam profundamente a resistência dos defensores. Em 16 de outubro, após 108 dias de cerco, um lance de aproximadamente 60 metros da muralha, próximo à Porta do Sol, veio ao chão, graças ao trabalho bem sucedido da mina: “Minada, pois, a muralha e atafulhada com lenha para arder, nessa mesma noite, ao cantar do galo, um pano das muralhas de cerca de trinta côvados ruiu por completo³¹” (NASCIMENTO, 2007, p.115).

No entanto, os defensores acorreram para a parte destruída da muralha e a protegeram com barreiras, rechaçando a entrada dos cristãos. Os flamengos e colonienses, responsáveis pela mina e pela conseqüente derrubada da muralha, não permitiram aos normandos que participassem da tentativa de tomada da brecha, visando obter um maior saque e a glória por serem os primeiros a entrar na cidade. Porém, foram rechaçados durante vários dias, não conseguindo transpor as defesas.

²⁹ Gerardo Sempavor foi um mercenário português que entre 1165 e 1169 conquistou uma série de fortalezas muçulmanas sem precisar sitiá-las. Agindo sempre nas situações mais improváveis, sobretudo em noites geladas e chuvosas, escalava as muralhas com a ajuda de cordas e escadas e, com a ajuda de um pequeno grupo, rendia os sentinelas da muralha e abria seus portões para que a invasão da cidade pudesse ocorrer (SÁEZ ABAD, 2007).

³⁰ *Colonenses uero subterrâneas fossas quinquies aggressi ut murum precipitent, totiens cassati sunt* (NASCIMENTO, 2007, p.108).

³¹ *Subfossato igitur muro impositaque ignis materia, nocte eadem sub galli cantu murus quasi cubitorum triginta solo tenuis corruit* (NASCIMENTO, 2007, p. 114).

Nesse meio tempo, uma nova torre móvel foi construída pelos normandos: “Finalmente foi levada a bom termo a nossa máquina de guerra, envolvida a toda a volta por vimes e couro de boi para evitar que fosse atingida pelo fogo ou pela violência das pedras. Foi além disso intimado a todos os dos navios que fizessem mantas de guerra e abrigos entrançados com varas³² (NASCIMENTO, 2007, p.117). No dia 19 de outubro, o arcebispo de Braga proferiu um longo sermão exortando aos guerreiros para que tomassem a cidade, e aproveitou para benzer a torre móvel, que foi deslocada para frente da muralha, a uma distância de quinze côvados:

Aí morreu um dos nossos atingido por uma pedrada de funda atirada das muralhas. No dia seguinte, de novo, a máquina é deslocada para junto da torre que fica situada num recanto da cidade frente ao rio.

Os inimigos, porém, levaram igualmente para ali todos os seus aprestos de defesa. Logo que isso descobrimos, com facilidade fizemos fracassar os seus planos, pois os nossos desviaram a máquina para a direita frente ao rio e ultrapassaram a torre uns vinte côvados junto à muralha perto da Porta Férrea que está voltada para a torre. Aí os nossos besteiros e frecheiros repeliram da dita torre os inimigos que não conseguiam agüentar o ritmo das setas, pois a torre ficava a descoberto pela parte posterior que está voltada para a cidade³³ (NASCIMENTO, 2007, p.127).

Nesses dois últimos trechos do relato, podemos observar algumas características da torre móvel que foi construída, assim como sua movimentação próxima à muralha. Manobrar uma torre de madeira cheia de homens equipados para batalha, que possuía quase 30 metros de altura e pesava algumas toneladas, não era tarefa fácil, muito menos rápida. Seu deslocamento ideal seria sobre uma faixa de terra socada, coberta com peças de madeira – sobretudo troncos de árvores – e que deveria ser previamente construída pelos engenheiros, para que suportasse o peso da torre e esta não atolasse. Ao pé da muralha, estacas com

³² *Tunc denique machina nostra compacta, uimineis undique coriisque bouinis, ne igne uel saxorum impetu lederetur, imuoluitur. Indictum super hec omnibus per naues ut uineas et tuguria cancellata ex uirgis facerent* (NASCIMENTO, 2007, p. 116).

³³ *Ibi quidam nostrorum a muris percussus iactu funde [141v] interiit. Iterum in crastino contra turrim que est in angulo ciuitatis contra fluuium machina deducitur. Ad quam autem hostes omnia sue defensionis presidia comportauerant. Quo comperto, eorum premeditata facile cassantur. Nam nostri ma-chinam contra fluuium ad dextram declinantes, turrim quasi cubitis uiginti preterierunt iuxta murum fere ad portam ferream que turrim respicit. Ibique baliste et archiferi nostri a turri predicta hostes fugauerunt, non ualentes impetum sagittarum ferre; nam a parte posteriori que urbem respicit turris patebat*³³ (NASCIMENTO, 2007, p. 126).

roldanas deveriam ser fixadas no chão, por onde passavam cordas que eram amarradas a vários animais de carga, que as puxariam no sentido oposto da muralha para que a torre se aproximasse dela, carecendo assim de poucos homens expostos, sendo mobilizados apenas os que iam controlando os animais. Mas isso se daria em condições ideais, bastante diferentes das que foram enfrentadas pelos cruzados em Lisboa.

Provavelmente, vários homens ficaram responsáveis por transportá-la e manobrá-la, colocando troncos de árvores os mais cilíndricos possíveis sob sua base, em terreno não preparado e empurrando-a e puxando cordas para movê-la, isso tudo sob o constante ataque inimigo, que lançava pedras com as fundas e atiravam setas com seus arcos. Somente com o chegar da noite a torre ficou posicionada frente à muralha e, como os defensores foram repelidos desta seção, os homens descansaram para o ataque final, que se daria ao nascer do sol da manhã seguinte. No entanto, a maior parte se retirou para os acampamentos, ficando apenas cerca de duas centenas de homens protegendo a torre, que logo se viram cercados pela cheia da maré. Percebendo que a torre havia ficado isolada, o ataque dos muçulmanos para destruí-la foi maciço:

Tendo os mouros descoberto que a maré nos isolava, a pé, atacaram a máquina com duas companhias de homens através da dita porta, enquanto outros, em multidão inacreditável, por cima das muralhas, tendo acarretado materiais de lenha com pez, estopa e azeite com substâncias incendiárias de toda a espécie, começam a atirá-los à nossa máquina. Outros ainda lançavam sobre nós uma chuva insuportável de pedras³⁴ (NASCIMENTO, 2007, p.127).

Segundo o relato, a defesa da torre móvel durou dois dias e uma noite, onde os soldados lutaram contra os inimigos que saíam das muralhas e, principalmente, contra o fogo que constantemente ameaçava envolver o engenho. No fim, quando a maré baixou, as tropas cristãs foram rendidas por substitutos descansados que puderam acorrer na defesa da máquina. No dia 21 de outubro, após lutarem contra os defensores, moveram-na para bem perto da muralha e começaram a baixar a ponte, visando conquistar seu topo. Bastante debilitados e conscientes de que a cidade seria tomada, uma vez que não foram capazes de destruir a torre

³⁴ *Comperto autem a Mauris quod nos maris refluuium seclusisset, in duas cohortes per portam predictam machinam pede tenus inuasere. Ceteri autem super muros, incredibilis multitudinis, admota lignorum materia cum pice et Lino et oleo et omnimodis ignium fomentis, machine nostre iniciunt. Alii uero super nos saxorum intolerabilem proiciebant grandinem* (NASCIMENTO, 2007, p. 126).

móvel, os muçulmanos baixaram suas armas e permitiram a entrada dos cristãos na cidade, pelo topo da muralha.

Alguns reféns foram feitos e levados até a presença do futuro rei português, para que os termos de uma trégua fossem acordados. Nesse momento, nos deparamos com uma característica singular que diz respeito a toda guerra de sítio que obtém êxito: a divisão do saque. As desavenças entre o grupo cruzado foram exortadas por um sacerdote de Bristol, que incitou uma revolta entre os marinheiros por uma maior participação do saque. O motim foi dirigido contra Hervey de Glanville, acusado de traição por ter levado os reféns até D. Afonso Henriques, quando, na opinião dos revoltosos, deveriam ter sido utilizados para negociar o resgate de tais reféns com suas famílias.

Após a realização de assembleia com todos os dignitários presentes, o futuro monarca português sugeriu os seguintes termos: “[...] o alcaide, com um genro seu, ficaria de posse de todos os seus bens em liberdade e todo e cada um dos homens da cidade ficaria com o que tinham para comer e a cidade render-se-ia; de contrário, tentariam a sorte das armas³⁵ (NASCIMENTO, 2007, p.135). Os normandos e os ingleses concordaram, afirmando que as riquezas da cidade não deveriam ser trocadas pela honra de se tomar a cidade. No entanto, os colonienses e os flamengos, enaltecendo a longa distância que haviam percorrido e o alto número de baixas que sofreram, não admitiam a hipótese de permitir aos inimigos que permanecessem com suas riquezas.

Ficando decidido que o pedido de trégua dos reféns não seria aceito, os portugueses, com o apoio dos normandos e ingleses decidem entrar na cidade à força e consumir sua tomada. Isso foi o bastante para que os colonienses e flamengos, sentindo-se traídos, capturassem os reféns das mãos de D. Afonso Henriques e os matassem. Esse ato foi o responsável por dividir as tropas cristãs num motim armado. Os ingleses se puseram entre as tropas portuguesas e os revoltosos, a fim de conciliar a situação e evitar uma luta direta.

O motim só foi apaziguado com a chegada do duque de Flandres e o conde de Aerschot, que impediram seus homens de continuarem com a revolta e pediram perdão ao soberano português pelo o que havia ocorrido. Este, por sua vez, exigiu que os cruzados prometessem fidelidade irrestrita à sua figura enquanto permanecessem em território português e que retornariam ao cerco da cidade que, depois de tomada, sua população teria do direito de se retirar com algumas de suas riquezas (NASCIMENTO, 2007).

³⁵ [...] *ut si eorum alcaiz una cum gênero suo omnibus facultatibus suis libere potiretur, conciuisque cuncti cibariis suis, fore uti ciuitas traderetur nobis. Sin autem, armis experiri cetera* (NASCIMENTO, 2007, p. 134).

Antes das ações bélicas retomarem, os muçulmanos enviaram um pedido de rendição aos cristãos. Assim sendo, a deliberação das tropas cruzadas foi a seguinte:

Decidiu-se, pois, entre nós, que 140 homens de armas dos nossos e 160 dos colonienses e flamengos entrariam antes dos outros na cidade e que ocupariam pacificamente a fortaleza do castelo superior, por forma que os inimigos pudessem trazer os dinheiros e todos os seus haveres, comprovados, sob juramento, perante os nossos; feita assim a recolha, a cidade seria depois inspeccionada pelos nossos: se algo mais do que o alegado fosse encontrado com alguém, o dono em cuja casa fosse achado pagaria com a vida. Deste modo, depois de espoliados, todos seriam mandados em paz para fora da cidade³⁶ (NASCIMENTO, 2007, p.137).

No entanto, assim que a entrada das tropas cristãs é permitida, os colonienses e os flamengos praticamente invadem a cidade, desrespeitando o número estipulado de apenas 160 homens autorizados a entrar no recinto. Lançando mão de violência desmedida – roubo, assassinatos e estupros –, suas atitudes demonstram a cobiça desenfreada quando surge uma oportunidade, algo comum de se observar entre as hostes guerreiras que impõem um longo cerco a uma fortaleza:

Os colonienses e os flamengos, ao lobrigarem na cidade tantas oportunidades de se saciarem não respeitam qualquer observância de juramento ou de palavra dada. Correm por aqui e por ali, saqueiam, arrombam portas, espreitam pelos interiores de qualquer casa, assustam os habitantes e, contra o direito divino e humano, infligem-lhes injúrias, dispersam vasilhames e roupas, actuam sem respeito contra as donzelas, põem no mesmo prato da balança o lícito e o ilícito, às escondidas tudo subtraem, mesmo o que deveria ficar em comum para todos. Ao bispo da cidade, um ancião de muitos anos, cortam-lhe o pescoço, contra o direito divino e humano.

³⁶ *Decretum est itaque inter nos ut centum XI armatorum ex nostris partibus et centum LX ex Colonensibus et Flandrensibus civitatem pre omnibus ingrederentur, atque munimentum superioris castris in pace tenerent, ut in ipso hostes pecunias et facultates suas omnes iuramento probatas coram nostris deferrent, et hiis ita coadunatis, urbem postea a nostris perscrutari, si quid amplius allati penes aliquos inuentum in cuius penetibus fuerit, dominum ipsius capite plectendum, et hoc modo omnes spoliatos extra urbem in pace dimittendos*³⁶ (NASCIMENTO, 2007, p.136).

Aprisionam o próprio alcaide da cidade, depois de lhe terem tirado tudo de casa³⁷ (NASCIMENTO, 2007, p.139).

Aqui neste ponto o cruzado Raul deixa de relatar as atividades bélicas dos cruzados e passa a descrever como se deu a ocupação da cidade, a saída dos antigos moradores, a restauração da diocese de Lisboa e, por fim, um balanço geral dos últimos meses.

³⁷ *Colonenses igitur et Flandrenses, uisis in urbe tot adminiculis cupiditatis, nullam iurisiurandi uel fidei religionem obseruant. Hinc illinc discurrunt; predas aunt; fores effringunt; penetralia cuiusque domus rimantur; ciues proturbant, et contra ius et fas contumeliis afficiunt, uasa uetesque omnia distra[h]unt quae fieri omnibus communia debuerant. Episcopum uero ciuitatis antiquissimum, preciso iugulo, contra ius et faz occidunt. Ipsumque ciuitatis alcaiz, asportatis omnibus a domo sua, capiunt* (NASCIMENTO, 2007, p. 138).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa estudamos a organização da sociedade medieval ibérica que girava em torno dos enfrentamentos armados, sobretudo aos que diziam respeito à guerra de desgaste e os consequentes cercos e correrias por terras inimigas. Das épicas batalhas campais enaltecidas pela historiografia militar até meados do século XX, pudemos verificar a partir da análise do cerco de Lisboa que as ações cotidianas dos envolvidos no processo da Reconquista eram tão importantes quanto as batalhas travadas em campo aberto, apesar de não receberem a mesma atenção por parte dos especialistas.

No entanto, após um processo lento, essa perspectiva vem sofrendo uma metamorfose, com cada vez mais trabalhos sendo publicados referentes a estas ações que dizem respeito à poliorcética medieval. Para isso têm contribuído: 1) a nova abordagem das fontes já analisadas por outros historiadores; 2) o reconhecimento de que boa parte das ações praticadas durante o século XII estava direcionada para a arte da guerra; 3) o conhecimento da engenharia bélica era compartilhado com toda a Europa, não ficando seu uso restrito apenas na região do Oriente Médio, palco das cruzadas.

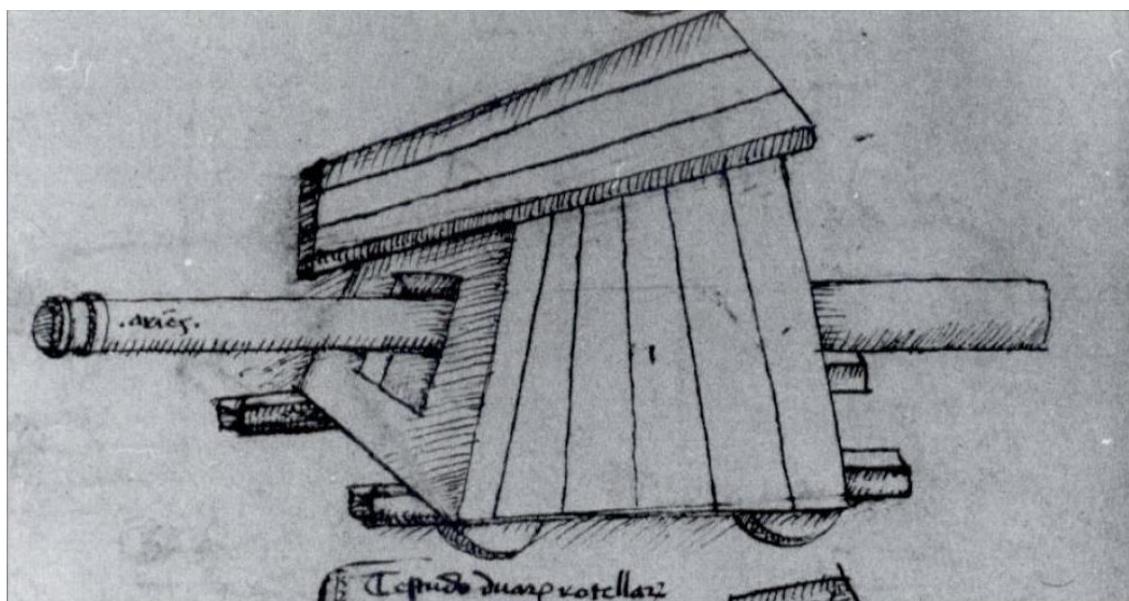
Em relação à nossa pesquisa, consideramos nossos objetivos alcançados, uma vez que estudamos o empenho de D. Afonso Henriques em se manter na liderança de uma tropa estrangeira, articulando politicamente sua participação na conquista de uma cidade que lhe era extremamente necessária para atingir seus objetivos no que dizia respeito à conquista do direito de ser reconhecido como monarca de sua nação, em relação a seus pares europeus.

Observamos também que, a partir da abordagem que fizemos à fonte, que é interessante notar como os conhecimentos tecnológicos na área de engenharia militar encontravam-se difundidos na distante região da Península Ibérica. Isso ocorreu, principalmente, graças à ação de homens especialistas na arte da guerra, verdadeiros profissionais da engenharia bélica e estrategistas que se empenharam em contornar todos os obstáculos impostos pelas grandes construções defensivas, ao longo de vários e vários séculos de guerra.

ANEXOS



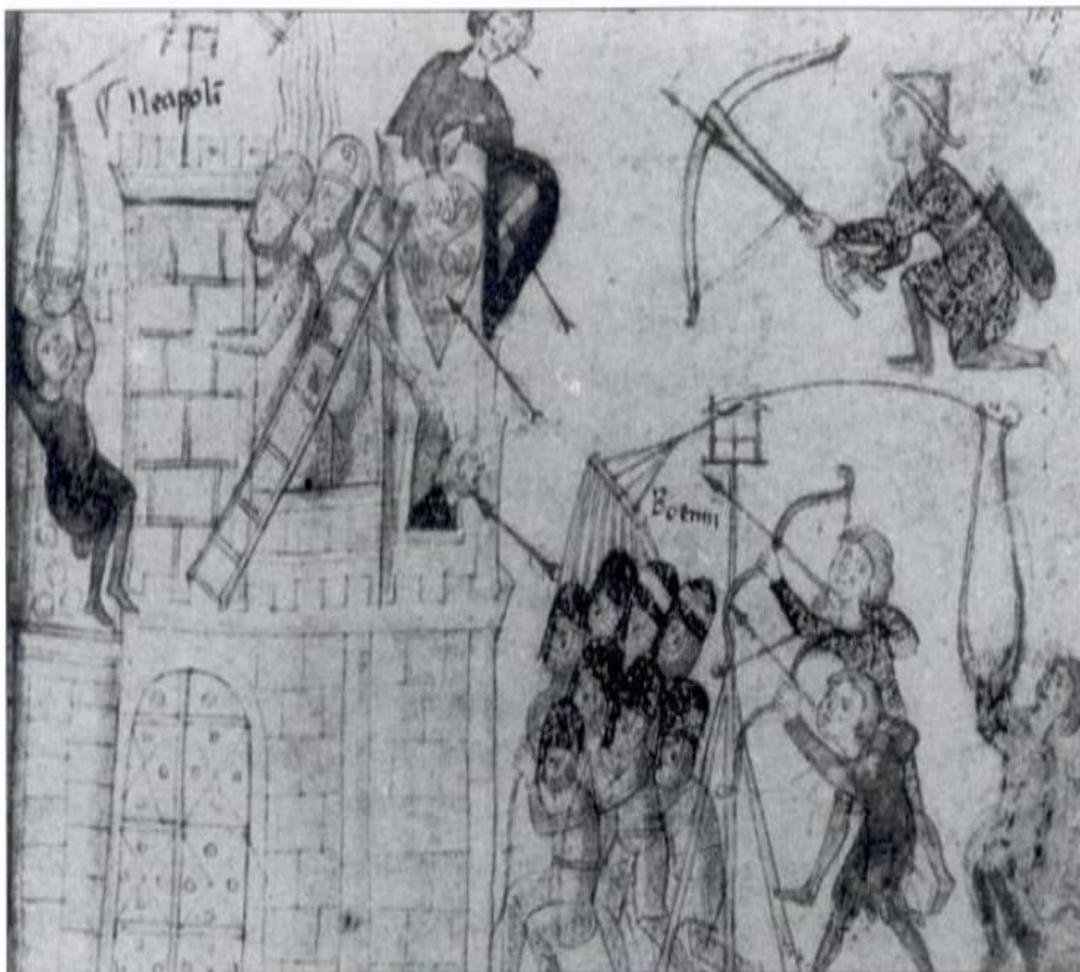
Suíno, ilustração de Sam Thompson. Este aparelho era utilizado para proteger os guerreiros que se aproximavam das muralhas, seja para utilizar um aríete ou cavar uma mina (NICOLLE, 2002, p.30).



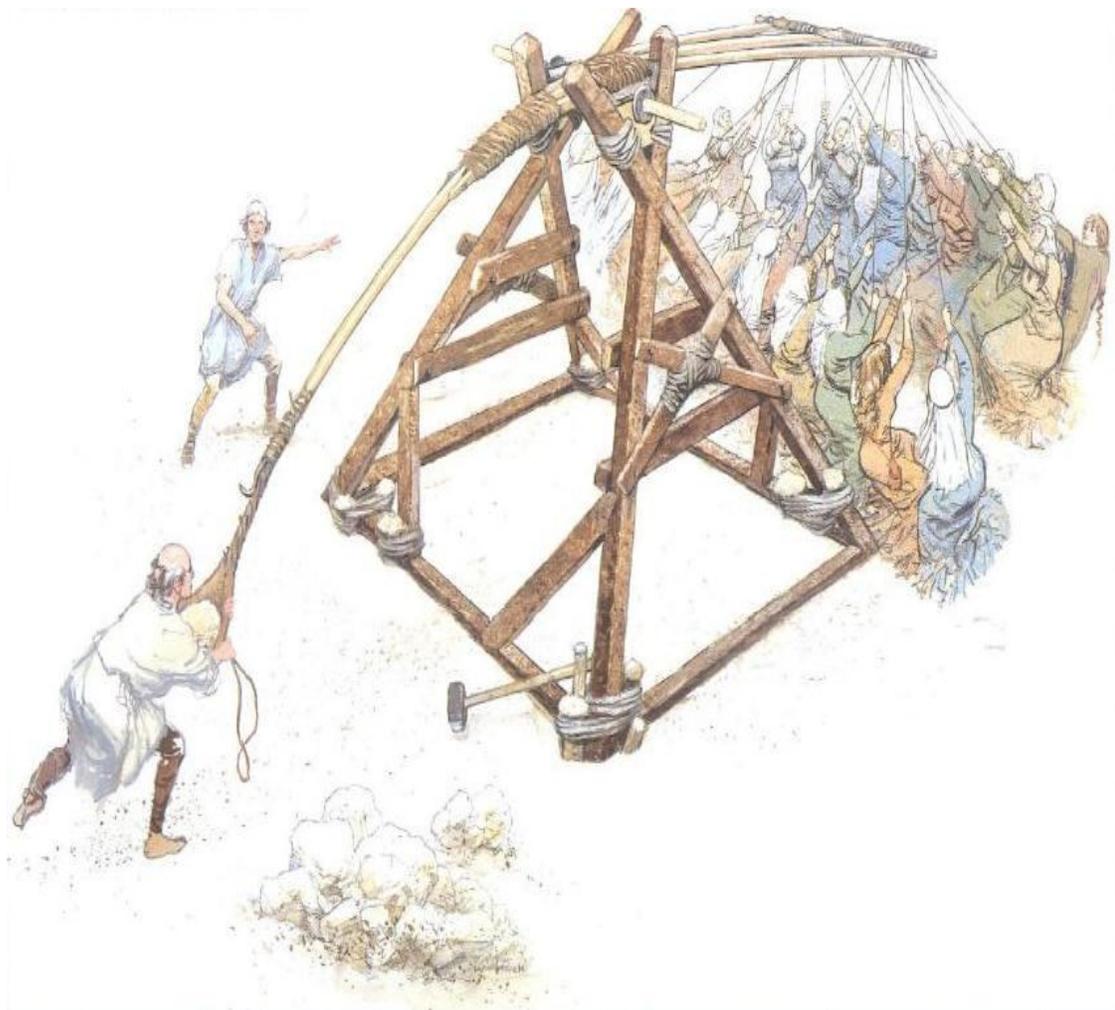
Aríete sobre rodas, ilustrado na obra *De Machinis*, de Mariano Taccola. Cod. Lat. Mon. 28,800, f. 21v, Staatsbib., Munich. (SÁEZ ABAD, 2007, p. 132).



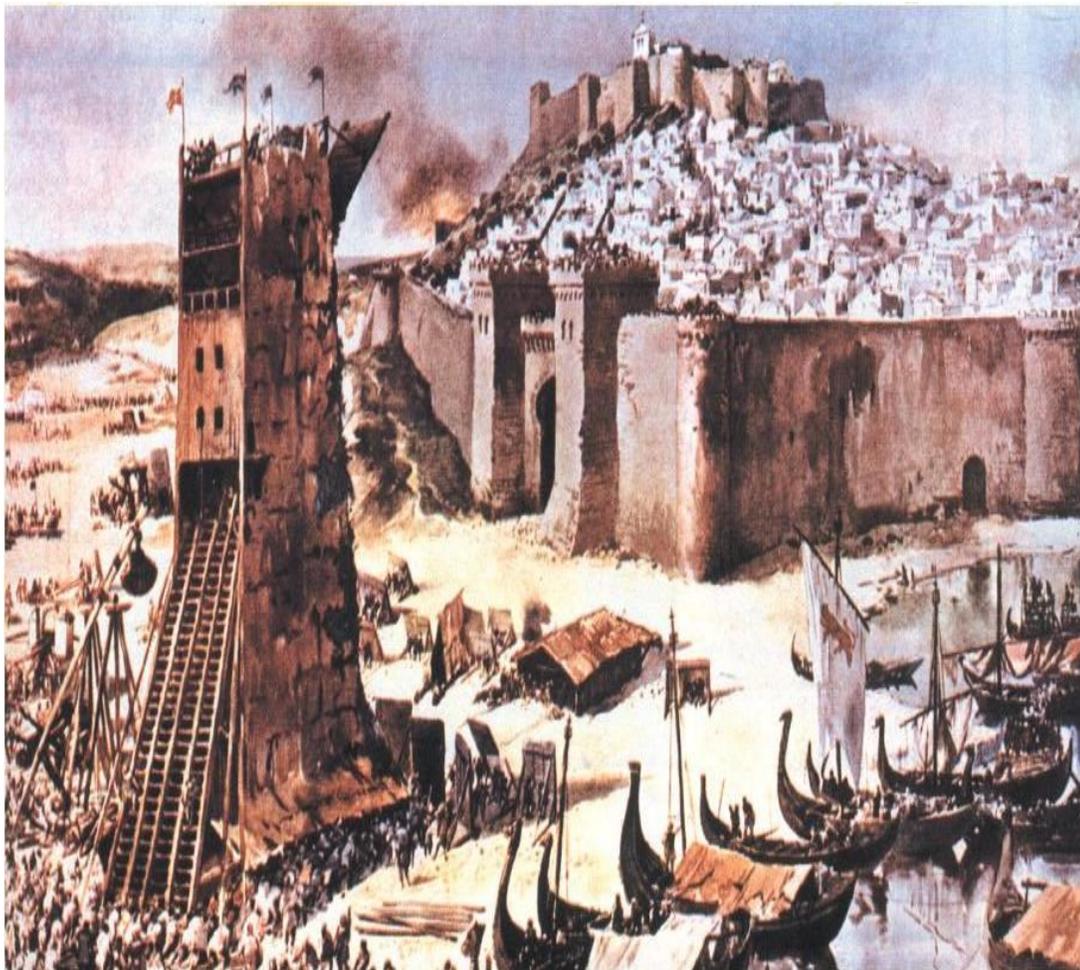
A expedição de Holofernes, ilustração pertencente à Bíblia Catalã de Roda, século XI. MS. Lat 6, f.134r, Bil. Nat., Paris. No topo da figura, podemos observar dois guerreiros utilizando fundas pra lançar projéteis em seus inimigos. (SÁEZ ABAD, 2007, p. 98).



Mangonel de tração manual. Ilustração do assédio a Nápoles que compõe a Crônica de Pedro de Eboli. Ms. Cod. 120/II, f.15a, Burgerbibliothek, Bern. Podemos observar os atacantes manejando o mangonel, com um guerreiro carregando o projétil na arma e outro grupo, bem mais numeroso e protegido por arqueiros, puxando as cordas para arremessá-lo. (NICOLLE, 2002, p.10).



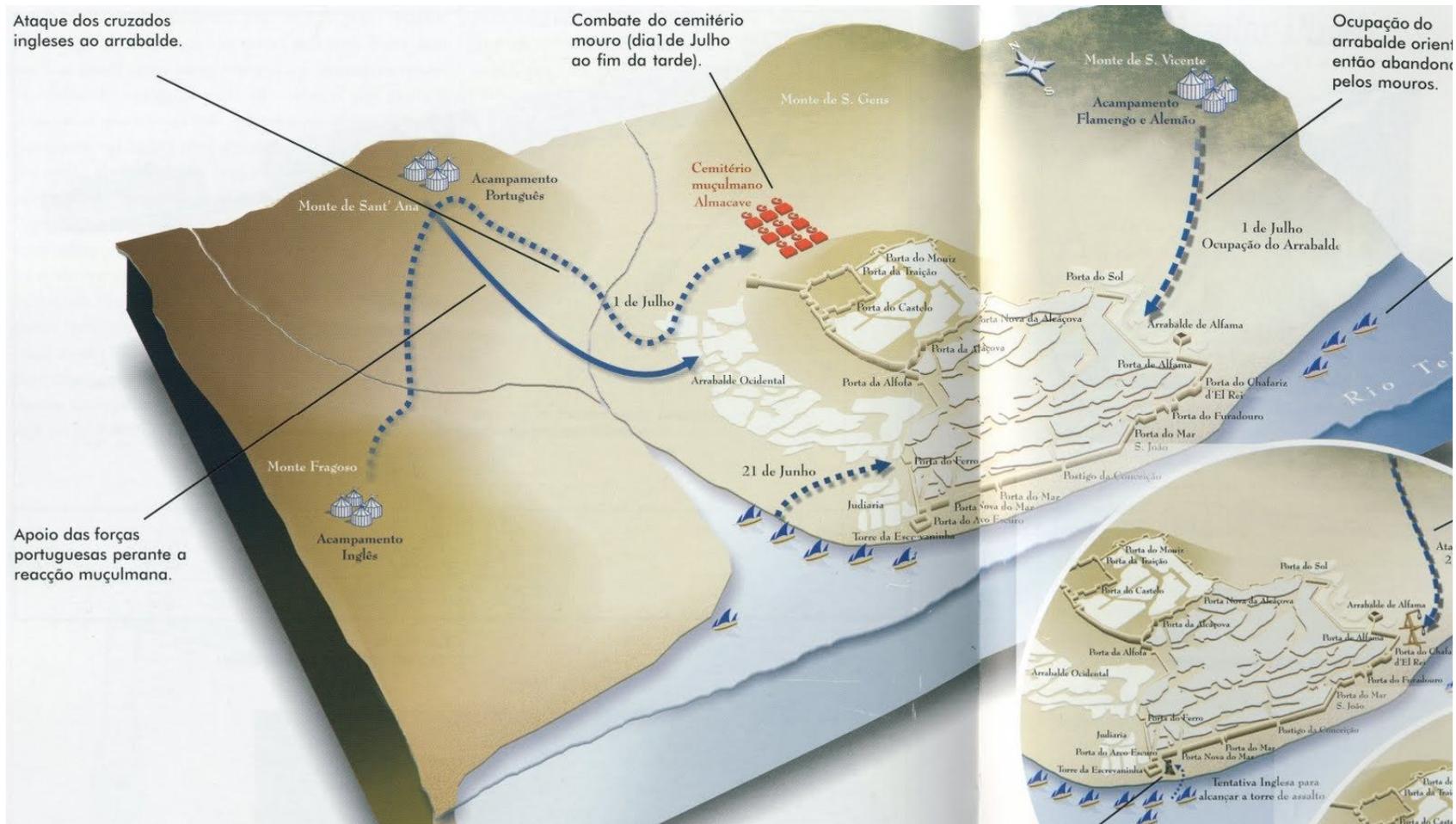
Mangonel manejado por mulheres na defesa de Le Castillon, em 1115. Ilustração de Sam Thompson (NICOLLE, 2002, p.27).



Pintura em tela representando o Cerco de Lisboa de 1147 e a utilização das máquinas de guerra relatadas na carta do cruzado R(aul) – Roque Gameiro. (Disponível em: <http://aime.educatic.info/informacao/D24.pdf>. Acesso em 18 de dezembro de 2012).



Painel de azulejos no exterior da Igreja de Santa Luzia, em Lisboa, representando a conquista da cidade em 1147 pelos soldados cristãos. (Disponível em: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5e/Azulejo - Conquista de Lisboa em 1147.JPG](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5e/Azulejo_-_Conquista_de_Lisboa_em_1147.JPG). Acesso em 15 de dezembro de 2012).



Esquema da distribuição dos acampamentos cristãos que cercaram Lisboa em 1147 e dos movimentos empreendidos para garantir o isolamento da cidade. (BARBOSA, 2004.)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTE

NASCIMENTO, Aires A. (trad.). **A Conquista de Lisboa aos Mouros**: relato de um Cruzado. Lisboa: Nova Vega, 2007.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Pedro Gomes. **A reconquista cristã nas origens de Portugal**: séculos IX a XII. Lisboa: Ésquilo, 2008.

BARBOSA, Pedro Gomes. **Lisboa – 1147 – A Cidade Reconquistada aos Mouros**. Lisboa: Tribuna da História, 2004.

BARTLETT, Robert. **La formación de Europa**: Conquista, civilización y cambio cultural, 950-1350. Valencia: Universidad de Valencia, 2004.

BRADBURY, Jim. **The Routledge Companion to Medieval Warfare**. London: Taylor & Francis Group, 2004.

BRONISH, Alexander Pierre. **Reconquista y guerra santa**: la concepción de la guerra en la España cristiana desde los visigodos hasta comienzos del siglo XII. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2007.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da guerra**. 3ª Ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

COSTA, Ricardo da. **A Guerra na Idade Média**: um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Rio de Janeiro: Edições Paratodos, 1998.

DEMURGER, Alain. **Os templários**: uma cavalaria cristã na Idade Média. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

FLORI, Jean. **La caballería**. Madrid: Alianza Editorial, 2001.

FLORI, Jean. **La Guerra Santa**: la formación de la idea de cruzada en el occidente cristiano. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

GALVÃO, Duarte; FERREIRA, Miguel Lopes. **Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques primeiro Rey de Portugal**. Lisboa: na Officina Ferreyriana, 1726.

GARCÍA FITZ, Francisco. **Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea**. Madrid: Arco Libros, 1998.

GARCÍA FITZ, Francisco. “¿Hubo estrategia en la Edad Media? A propósito de las relaciones castellano-musulmanas durante la segunda mitad del siglo XIII”. **Revista da Faculdade de Letras: História**, Porto, série II, vol.15, n.2, p. 837-854. 1998.

GARCÍA FITZ, Francisco. **La Edad Media: guerra e ideología, justificación religiosa e jurídica**. Madrid: Silex, 2003.

GARCÍA FITZ, Francisco. **Las navas de Tolosa**. Barcelona: Ariel, 2008.

GARCÍA FITZ, Francisco. **Relaciones políticas y guerra**. La experiencia castellano-leonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII. Sevilha: Universidade de Sevilha, 2002.

GARCÍA FITZ, Francisco. “Tecnología, literatura técnica y diseño de máquinas de guerra durante la baja Edad Media occidental: el *Thexaurus regis Franciae acquisitionibus Terrae Sanctae* de Guido da Vigevano (1335)”. **Anuario de Estudios Medievales**, vol.41, n.2, p. 819-864, Jul./Dez. 2011.

GROUSSET, René. **A epopéia das cruzadas**. Lisboa: Europa-América, 1982.

HART, Basil H. Lidell. **Strategy: the indirect approach**. 4ª Ed. Los Angeles: Faber, 1967.

HERCULANO, Alexandre; AZEVEDO, Pedro de. **História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III**. 8ª Ed. Lisboa: Aillaud & Bertrand, 1875.

HUNYADI, Zsolt; LASZLOVSZKY József: **The Crusades and the Military Orders: Expanding the Frontiers of Medieval Latin Christianity**. Budapest: Képíró, 2001.

HOOPER, Nicholas; BENNETT Matthew. **The Cambridge illustrated atlas of warfare: the Middle Ages, 768 – 1487**. Cambridge: University Press, 1996.

JESTICE, Phyllis G. **História das Guerras e Batalhas Medievais: o desenvolvimento de técnicas, armas, exércitos e invenções de guerra durante a Idade Média**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KEEN, Maurice (Ed.). **Medieval Warfare: – A History**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

LIVERMORE, Harold. “A autoria da Conquista de Lisboa: solução de um velho problema”. **Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a Sua Época**, vol.4, p. 389-395, 1989.

MANCUSO, Amanda Pinheiro. “A História Militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural”. **Revista História em Reflexão**, vol.2, n.4, p.1-22, Jul./Dez. 2008.

MATTOSO, José. **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

MATTOSO, José. **História de Portugal: A monarquia feudal (1096-1480)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MATTOSO, José. **Portugal Medieval: novas interpretações**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

MATTOSO, José. **Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros: A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII**. 2ª Ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

MORILLO, Stephen. **What is Military History?** Cambridge: Polity, 2006.

NICOLLE, David. **Medieval Siege Weapons (1) – Western Europe AD 585 – 1385**. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

NICOLLE, David. **Medieval Siege Weapons (2) – Byzantium, the Islamic World & India AD 476 – 1526**. Oxford: Osprey Publishing, 2002.

NOVOA PORTELA, Feliciano. **As ordens militares na Europa Medieval**. Lisboa: Chaves Ferreira Publicações, 2005.

OMAN, Charles William Chadwick. **A History of the Art of War: the Middle Ages from the Fourth to the Fourteenth Century**. London: Methuen, 1898.

OMAN, Charles William Chadwick. **The Art of War in the Middle Ages: A.D. 378 – 1515**. London: Oxford Blackwell: 1885.

OAKESHOTT, R. Ewart. **The Archaeology of Weapons: Arms and Armour from Prehistory to the Age of Chivalry**. New York: Dover Publications, 1996.

RODRÍGUEZ PICAVEA, Enrique. **Los monjes guerreros en los reinos hispánicos**. Madrid: Editorial la Esfera de los Libros, 2008.

ROUSSET, Paul. **História das cruzadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

RUNCIMAN, Steven. **História das Cruzadas, Volume I: a primeira cruzada e a fundação do reino de Jerusalém**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

RUNCIMAN, Steven. **História das Cruzadas, Volume II: o reino de Jerusalém e o Oriente franco, 1100 – 1187**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

RUNCIMAN, Steven. **História das Cruzadas, Volume III: o Reino de Acre e as últimas cruzadas**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

SÁEZ ABAD, Rubén. **Artillería y Poliorcética en la Edad Media**. Madrid: Almena Ediciones, 2007.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). **Nova História de Portugal: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do condado portugalense à crise do século XIV**. Vol. III. Lisboa: Presença, 1996.

SILVA, Carlos Guardado da. **Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano.** Lisboa: Edições Colibri, 2008.

SILVA, Pedro. **Templários em Portugal, a Verdadeira História.** Lisboa: Icone, 2005.

SMAIL, Raymond C. **Crusading Warfare, 1097-119.** 2ª Ed.. Cambridge: University Press, 1995.

SOFSKY, Wolfgang. **Tratado sobre la violencia.** Madrid: Abada Editores, 2006.

TORRES SEVILLA-QUIÑONES de LEÓN, Margarida. **Las batallas legendarias y el oficio de la guerra.** Barcelona: Debolsillo, 2002.

VALDEÓN BARUQUE, Julio. **La reconquista: el concepto de España: Unidad y diversidad.** Madrid: Espasa Calpe, 2006.

VERBRUGGEN, Jan Frans. **The Art of Warfare in Western Europe During the Middle Ages: from the Eight Century to 1340.** 2ª Ed. Suffolk: Boydell & Brewer, 1997.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam.** Tomo II. 2ª Ed. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865.